



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAELLY PAOLA ALEXANDRE DA COSTA E COSTA

EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

ABAETETUBA
2019

RAFAELLY PAOLA ALEXANDRE DA COSTA E COSTA

EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, do Campus de Abaetetuba como exigência parcial para obtenção do título de graduação em licenciatura plena em Pedagogia. Sob orientação da Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato.

ABAETETUBA-PA

2019

RAFAELLY PAOLA ALEXANDRE DA COSTA E COSTA

EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, do Campus de Abaetetuba como exigência parcial para obtenção do título de graduação em licenciatura plena em Pedagogia. Sob orientação da Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato.

Data da Aprovação: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a V Prof. Dra. Vivian da Silva Lobato.

Prof. Msc^a Larissa Nazaré Carvalho Alviz

A Deus e a toda a minha família que estiveram presentes em todos os momentos dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu essa oportunidade, pois sem sua infinita bondade nada disso teria acontecido.

À minha mãe Darcilena B. Alexandre, que foi a minha inspiração, e que me ajudou desde o início dessa caminhada a qual foi de fundamental importância para a realização desse sonho.

Ao meu pai (in memória) pelo carinho e dedicação, o qual foi um dos principais motivos dessa conquista.

Ao meu esposo que foi o meu maior incentivador, que esteve comigo durante estes anos me apoiando e me incentivando a nunca desistir de nossos sonhos.

À minha filha M^a Clara razão da minha vida, que nos momentos difíceis foi de onde pude tirar toda a força para não desistir.

Aos meus irmãos em especial à Larissa Alexandre que junto à minha mãe me ajudaram a cuidar da minha filha para que eu pudesse dar continuidade aos estudos.

Aos irmãos na fé pelas orações e pelo apoio.

A todos familiares e amigos que me ajudaram na realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas pedagógicas de professores que atuam na Educação Infantil, bem como, identificar a percepção dos docentes em relação aos pilares da educação infantil: o cuidar, o educar e o brincar. O referencial teórico está fundamentado nos seguintes autores: Kramer (2001), Oliveira (2013), Bujes (2001), Felipe (2001), além do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/RCNEI (1988), o qual foi um documento essencial para a compreensão da prática pedagógica dessa etapa de ensino. Como procedimentos metodológicos foi realizado: uma pesquisa de cunho bibliográfico e depois, uma pesquisa de campo em escola municipal de Educação Infantil que atende crianças de três a cinco anos de idade. Na pesquisa de campo, foi utilizada a entrevista semi-estruturadas e a observação da prática em sala de aula de duas professoras daquela instituição, sendo uma atuante no Maternal e a outra no Período II. Após isso, foi feita a análise dos dados que apontou que a prática pedagógica dos professores analisados, ainda é permeada sob uma visão escolarizante, segundo a qual, a finalidade é preparar as crianças para o ensino fundamental, além de que as professoras observadas mantêm a visão ultrapassada de educação à criança pequena, onde o foco não é no aluno (a) e sim no professor.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Práticas Pedagógicas. Percepção.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the pedagogical practices of teachers who work in Early Childhood Education, as well as to identify the perception of teachers in relation to the pillars of early childhood education: caring, educating and playing. The theoretical framework is based on the following authors: Kramer (2001), Oliveira (2013), Bujes (2001), Felipe (2001), and the National Curriculum Framework for Early Childhood Education / RCNEI (1988) to understand the pedagogical practice of this stage of teaching. As methodological procedures was carried out: a bibliographic research and then a field research in municipal school of Early Childhood Education that serves children from three to five years of age. In the field research, we used the semi-structured interview and the observation of the practice in the classroom of two female teachers of that institution, being an active in the Maternal and the other in Period I. After that, the data was analyzed that pointed out that the pedagogical practice of the teachers analyzed is still permeated by a schooling view, according to which, the purpose is to prepare the children for elementary school, in addition to the observed teachers maintain the outdated vision of education to the young child, where the focus it is not in the student but in the teacher.

Keywords: Early Childhood Education. Pedagogical practices. Kid.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Um Breve Panorama da Educação Infantil no Brasil	10
2.2 Práticas Pedagógicas Para a Educação Infantil no Currículo	20
3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
4-ANÁLISE E DISCURSSÃO DOS DADOS	33
4.1. Contexto da pesquisa.....	33
4.2 Análises das Entrevistas	33
4.3 Análises das Observações.....	43
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS.....	53

1. INTRODUÇÃO

O caminho traçado para a conquista da Educação Infantil, pautada nas necessidades e singularidades das crianças no Brasil, vem acompanhando fatos e contextos históricos da nação brasileira. A educação para os infantes atravessa fronteiras e visões tradicionais que partem da negação da cultura da criança, da caridade, da forma higienista, assistencialista, compensatória até recorrer a uma educação de direitos. O caminho tem sido árduo, ora de passividade ora de enfrentamento, mas é notável que em todos eles estão à presença dos movimentos sociais e de educadores que tentam enfrentar os obstáculos desse caminhar em prol da garantia de uma educação pautada no respeito às singularidades infantis.

A partir da Constituição Federal de 1988 a educação em creches e pré-escolas foi reconhecida como um direito da criança e um dever do Estado, sendo que o atendimento dentro destas instituições deve oportunizar o desenvolvimento integral das crianças em seus mais variados aspectos como: físico, afetivo e cognitivo.

Para que se efetivem as várias dimensões do desenvolvimento infantil é necessário que esteja presente na instituição que recebe a criança três aspectos fundamentais: Cuidar, Educar e o brincar.

O cuidar refere-se não apenas aos cuidados físicos da criança, mas também a organização do espaço educativo, a disposição dos brinquedos e outros materiais, o acolhimento, segurança, respeito às experiências das crianças etc.

O termo Educar tem sentido de possibilitar, orientar, ensinar que as crianças se apropriem de conhecimentos e valores que favoreçam seu crescimento pessoal, a integração e a transformação do meio físico e social.(FARIA e SALES,2012).

E por fim o brincar que faz parte da vida de qualquer criança, é através da brincadeira que a criança interage com mundo real e o mundo da fantasia. Sendo essa interação uma ferramenta essencial para o seu desenvolvimento.

Diante disso entende-se que a tríade cuidar-educar e brincar são ações que devem permear a prática pedagógica dos professores na Educação Infantil.

Sendo assim, a presente monografia é parte de uma pesquisa de campo que tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas de professores na Educação Infantil, buscando especificamente compreender como ocorre a prática docente em duas turmas de uma instituição que atende crianças na faixa etária de três a cinco anos de idade; bem como identificar a percepção das educadoras em relação aos pilares da educação infantil: cuidar, educar e brincar.

Devido à temática deste estudo ser direcionado a um fenômeno educativo e da interação entre seres humanos em um ambiente sócio histórico, optou-se por seguir a abordagem de cunho qualitativo, por considerar ideal, pois nos aproxima do objeto a ser pesquisado.

O levantamento de dados deu-se por meio da observação da prática em sala de aula de duas professoras daquela instituição, sendo uma atuante no Maternal e a outra no Período II e por meio de uma entrevista semiestruturada. É válido frisar que a observação foi de suma importância para conhecer in loco o cotidiano das professoras na educação infantil.

A pesquisa conta com a contribuição de diferentes autores os que possibilitaram a ter um olhar diferenciado sobre a temática em discussão, dentre os quais destaco: Oliveira (2013) e Kramer (2001) que discutem a história da Educação Infantil no Brasil; Felipe (2001) que discorre sobre a infância e Educação Infantil, dentre outros temas, e o RCNEI (1988), documento com base legal que informa e orienta o currículo e as práticas pedagógicas de instituições que atende crianças pequenas.

Para melhor compreender, analisar e chegar a uma conclusão em relação à temática em estudo faz-se necessário a elaboração deste trabalho em três capítulos. O primeiro, aborda dados referentes ao histórico da educação infantil no Brasil desde o século XVI até os dias atuais e discorre sobre as práticas pedagógicas na educação infantil no currículo. O capítulo II trata-se da metodologia do estudo. E por fim o capítulo III que faz referência a pesquisa, dando ênfase à análise dos dados coletados e sua relação com subsídios teóricos presentes ao longo do estudo, pelo qual foi possível concluir que mesmo com vários avanços como bases legais, com uma nova visão de criança e educação infantil, as práticas pedagógicas das educadoras ainda estão atreladas ao alcance da escolarização precoce, sendo este fato primordial no processo de ensino na educação infantil em detrimento da tríade cuidar, educar e brincar.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Um Breve Panorama da Educação Infantil no Brasil

A educação proposta às crianças no Brasil acompanha características próprias que correspondem a cada época de um contexto histórico social. Portanto a visão histórica do nosso país contribui para a escrita da historicidade da construção da Educação Infantil direcionada as crianças no âmbito educacional brasileiro.

O restrito da história do nosso país inicia-se com a ocupação dos portugueses em terras brasileiras no ano de 1500, portanto data do século XVI.

Em 1549 com o primeiro governador geral chegaram os primeiros padres jesuítas, os quais se tornaram os primeiros responsáveis em organizar normas de ensino e práticas pedagógicas para atender um sistema escolar. Segundo Hansen

No século XVIII, a cultura escolar jesuítica sistematizada e ordenada pelo *Ratio Studiorum* atque *Institutio Societatis Jesu*, publicado em 1599, associava-se a “política católica” portuguesa como um conjunto de norma, que definiam saberes a serem ensinados e condutas a serem inculcadas, e um conjunto de práticas, que permitiam a transmissão desses saberes e a incorporação de comportamentos, normas e práticas [...]. Na forma de uma arqueologia, esse texto reconstrói elementos da estrutura, da função e do valor da cultura escolar jesuítica no século XVIII, segundo as categorias teológico-políticas presente do seu tempo (2001, p.13).

Os jesuítas foram os primeiros responsáveis pela propagação do catolicismo no Brasil, visto que quando chegaram à nação brasileira está já era habitada pelos índios. O povo indígena tinha uma cultura com características próprias de educar suas crianças. Eles se apropriavam de adivinhações, da aprendizagem oriunda dos povos indígenas, das danças, das pinturas corporais e da própria relação com a natureza.

Os jesuítas acreditavam que era preciso afastar as crianças das influências maléficas; os padres referiam-se as crenças nas quais os indígenas viviam. Assim sistematizavam e fizeram uso do documento *Ratio Studiorum* atque *Institutio Societatis Jesu* para orientar a educação das crianças indígenas que em pouquíssimos casos eram ensinadas a leitura e a escrita por meio da retórica, pelo método oral da repetição do que ouviram, pois este seguia o plano dos estudos. Sobre esse assunto Hansen (2001), explica que *Ratio*-significa “plano”, “ordem”, “regra”, “razão” etc. *Instituto* é “modo”, maneira. A expressão *Ratio Studiorum* atque *Institutio* pode ser traduzido por ordem e maneira dos estudos (p.13).

Os jesuítas difundiram o ensino de cunho religioso apropriando-se catolicismo, utilizando o método oral, suas orientações educativas eram com bases de ensinar-lhe os preceitos; onde se destinava a educar os pequenos sob a luz da bíblia, o estilo; este tinha como

finalidade ensinar as crianças indígenas aprender a falar verbalmente da mesma forma como os portugueses e jesuítas se expressavam visto que a linguagem falada das crianças indígenas era estranha e não compreendida; e por ótimo a erudição, pois para os professores jesuítas as crianças precisavam de instrução sobre vários conhecimentos. Percebe-se que a história da educação no Brasil, voltada à criança é de combate a sua cultura e não valorização de seu aprendizado. Segundo Machado e Seffener (2013) esse modelo de educação não estava preocupado com a criança em “si”, mas em garantir a formação de mais pessoas como adeptos a fé cristã. Diante do exposto considera-se que os jesuítas foram os primeiros professores a organizarem um modelo de educação no Brasil que envolvia crianças.

No contexto histórico brasileiro a criança estava presente, porém desprovida de direitos, de reconhecimento de suas peculiaridades, pelo contrário muitas vezes sofria com abandonos e falta de afeto, tinham que viver sua infância sobre uma proteção caritativa.

Até meados do XIX praticamente não existia no Brasil o atendimento de crianças longe da mãe em instituições como creches e jardim de infância. Na zona rural onde morava a maior parte da população do país, os cuidados das várias crianças em condições de abandono ou órfãs era assumida pelas Famílias de fazendeiros. Já no meio urbano os bebês eram entre as “rodas de expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII. (OLIVEIRA,2013). É valido frisar que também eram abandonados na roda dos expostos filhos de jovens pertencentes à família de prestígio social, com a finalidade de esconder à criança gerada fora dos padrões da sociedade a qual mantinha forte crença nos ensinamentos da igreja católica, assim a criança era vista como fruto do pecado. Dessa maneira as crianças nascidas neste contexto eram exclusas da convivência familiar e entregue à roda dos expostos e a proteção dívida, diferente das mães escravas que, abandonar seus filhos eram um meio de livrá-los do cativo e do alto índice de mortalidade infantil devido à falta de cuidado. Para Kramer (2001)

As primeiras iniciativas voltadas às crianças partiram de higienistas e se dirigiam contra a alarmante mortalidade infantil, que era atribuída por eles as duas causas: uma delas dizia respeito aos nascimentos ilegítimos, fruto da união entre escravos e destes com senhores. A segunda se referia a “falta de educação física, moral e intelectual das mães” [...] ou mais concretamente sua negligência na medida em que permitiam o aleitamento mercenário (escravas de aluguel). A ligação entre as duas causas se estabelece porque ambas culpam a família, além de colocarem nos negros a origem das doenças (p.49).

Diante do exposto os médicos higienistas justificam a causa da mortalidade infantil as fraquezas físicas das mães, como também a falta de conhecimento para cuidar e a fatores

biológicos e sociais dessas mulheres, como é o caso do leite materno, advindo de mulheres pobres e escravas. Esses fatores preocuparam médicos higienistas, alguns deles faziam cobranças do governo republicano sobre desempenhar ações de cunho médico com vistas a contribuir com a proteção à criança. Kramer (2001) afirma que:

Em discurso proferido no final de 1873[...] o barão de Lavadeiro anunciava o aleitamento mercenário [...], além disso, anunciava a necessidade de providências por parte das autoridades na proteção as crianças. Por outro lado, uma série de iniciativas tomadas por Moncorvo Figueiredo desde a publicação do exercício ao ensino médico no Brasil (1874), contendo críticas a prática médica [...] sugerindo a criação de policlínicas para partos e moléstias infantis bem como a implantação de cursos especializados (p.50).

Sendo assim, surgem as primeiras iniciativas de proteção a infância com o atendimento realizado por grupos médicos e damas beneficentes, restritos a algumas localidades, visto que as ações beneficentes não conseguiam atender a todas as crianças, a questão da saúde e a educação era um agravo social aos pequenos.

Com a questão da abolição da escravatura no Brasil fez-se necessário por parte do governo monárquico fazer algumas legislações e segundo Apolinário (2007) estava a:

Lei do Rio Branco (lei do ventre livre) 1871- declarava livre os filhos de mulheres escravas nascida a partir daquela data. As crianças livres ficariam com suas mães até 8 anos de idade[...] em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel [...] assinou a lei áurea, abolição da escravidão no Brasil [...] a direção que os ex-escravos tomaram depois da abolição variou[...] grande parte continuou trabalhando com seus senhores. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro receberam grande número de escravos libertos que pra lá se dirigiam em busca de trabalho (p. 43 e 44).

A abolição da escravatura no Brasil trouxe novos problemas concernentes aos filhos dos escravos, visto que havia a ausência de atendimento educacional e outros necessários à criança por parte do poder público e muitas mulheres e homens (ex-escravos) precisavam se deslocar para trabalharem e deixar seus filhos abandonadas sem amparo. Com isso se agrava o problema referente à infância e aumentava a busca por soluções para o atendimento a criança.

Diante desse cenário surgem opiniões relativas à criação de creches, asilos e internatos, visto na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças das classes desfavorecidas (OLIVEIRA, 2013).

Sobre essas instituições Kramer (2011) afirma a existência do:

Asilo de meninos desvalidos, fundado no Rio de Janeiro em 1875(instituto João Alfredo), os três institutos de Menores Artífices fundado em Minas em 1876 o colégio e associações de amparo à infância (como o 1ª Jardim de infância do Brasil, Menezes Viera, criado em 1875), eram insuficientes e

quase inexpressivas frente à situação de saúde e educação da população brasileira (p.50).

Com o fortalecimento do regime republicano no Brasil final do século XIX, em 1891 cria-se a primeira constituição republicana e determina que antigas províncias se tornem Estados organizados numa República Federativa; o Estado separou-se da igreja, com isso deixou de existir uma religião oficial no país.

A proclamação da República ocorrida em 1889 trouxe em panorama de renovação ideológica para o país, como também para o entendimento das questões sociais referente à infância, as quais continuavam a ser tratadas por ações e serviços prestados por entidades filantrópicas e sociais. (OLIVEIRA,2013).

A existência de grupos de pessoas tentava diminuir a indiferença que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança. Dentre estes grupos estavam, segundo Kramer (2011):

O fundador do Instituto de proteção e assistência à infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Criado em 1899. O instituto tinha como objetivos: atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulasse a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidade, creches e jardim de infância (p.52).

Percebe-se que os objetivos do instituto se referem às crianças de forma preconceituosa, destinando-as termos como menores trabalhadores e criminosos como também defeituosa. Porém não se pode negar a importância do instituto no sentido de incentivar a criação de creches, jardim de infância, maternidades e movimentação entorno de encontros e publicações condizentes a situação de proteção e assistência direcionada aos infantes. Kramer (2011) enfatiza que:

Em 1908 teve início da primeira creche popular cientificamente dirigida a filhos de operários de 2 anos, em 1909[...] o jardim de infância Campos Sales, no Rio de Janeiro [...] Por iniciativa da equipe fundadora do instituto foi criado em 1919 o Departamento da criança no Brasil cuja responsabilidade caberia ao Estado, na prática [...] criado e mantido em termos de recurso por Moncorvo Filho [...] o departamento da criança no Brasil reconhecida como utilidade pública em 1920- se atribuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação de proteção à infância no Brasil [...] concorrer para aplicação das leis de amparo a crianças [...] as autoridades governamentais [...] começavam a proclamar a necessidade de seu atendimento (p.52).

No século XX houve um crescimento de instituições de atendimento a criança pequena, e a forma de ser pensada cientificamente referiam-se a uma política de atendimento de caráter assistencialista para atender crianças da classe pobre ofertando-lhes alimentação e higiene física. Conforme Kuhlmann Jr apud Oliveira (2013) o levantamento realizado nos anos de 1921 a 1924 mostram um crescimento de creches e jardins de infância no país sendo das creches de 15 para 47 e os jardins de infância de 15 para 42. É importante frisar que o aumento dessas instituições está relacionado às mudanças que viam ocorrendo na sociedade frutos da urbanização e industrialização.

Enquanto isso a urbanização e industrialização nos centros urbanos maiores, intensificadas no início do século XX, produziam um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere aos cuidados dos filhos pequenos. A consolidação da atividade industrial acelerou a transformação de uma estrutura econômica agrária, na qual trabalho podia ser realizado no conjunto dos familiares, em outra estrutura que passou a incluir a separação física entre o local de moradia e local de trabalho e na qual o trabalhador é considerado uma unidade produtiva. (OLIVEIRA, 2013, p.94).

Nesse período houve a necessidade de mão de obra feminina dentro das fábricas. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho começa a surgir a preocupação com os cuidados dos filhos enquanto essas estavam ausentes. Segundo Oliveira (2013) o problema com os cuidados dos filhos enquanto essas cumpriam sua jornada de trabalho não foi considerado pelas indústrias, o que levava as mães operárias a procurar em meios alternativos dentro de seu núcleo familiar ou com mulheres que se dispunham a cuidar das crianças em troca de dinheiro. Em consequência das más condições em que eram cuidadas as crianças pelas criadeiras houve alto índice de mortalidade infantil na época.

Diante desse cenário e em meio a tensões sociais, os operários influenciados pelos imigrantes europeus lutavam, além de melhores condições de trabalho pela criação de locais em onde pudessem deixar seus filhos em horário de trabalho. Os sindicatos eram fortemente combatidos pelas associações patronais que estavam, então, sendo instruídas nos setores comerciais e industriais. Alguns empresários começaram a disponibilizar alguns benefícios dentre eles a criação de creches aos seus empregados como forma de enfraquecer os movimentos operários (OLIVEIRA, 2013). Nesse panorama social surge a creche da companhia de filiação e tecidos concorvado no Rio de Janeiro, sendo a primeira creche brasileira para os filhos de operários no interior da fábrica. Assunto que Oliveira (2013), escreve da seguinte forma:

Sendo de propriedade das empresas, a creche e demais instituições sociais eram usadas por elas nos ajustes das relações de trabalho. O fato de o filho do operário estar sendo atendido em instituições montadas pela fábrica passou, até ser reconhecida por alguns empresários como algo vantajoso, por provocar um aumento de produção por parte das mães (p.96).

Após essas poucas conquistas, começam a surgir novas reivindicações, agora transferindo a responsabilidade para o Estado. Os operários cobravam do governo a criação de creches, parques infantis e escolas maternas.

Segundo Oliveira (2013) em 1923, acontece à primeira regulamentação em relação ao trabalho feminino o qual previa a instalação de creches e salas de amamentação próxima ao local de trabalho, além de estabelecer que comércios e indústrias deveriam facilitar a amamentação durante a jornada de trabalho das empregadas.

Em 1922 no Rio de Janeiro acontece o 1ª congresso brasileiro de proteção à infância, momento oportuno para discutir temas como a educação, a moral e higiênica e enfatizar as relações da criança com a família a sociedade e o Estado. Oliveira (2013) afirma a existência de “Educadores que buscavam defender a área da intervenção de políticas e leigos e se preocupavam com a qualidade do trabalho pedagógico apoiaram o movimento da renovação pedagógico conhecido como “escolanovismo”. (p.97). No século XX educadores partiam da ideia de encaminhar as concepções sobre a infância a um estudo rigoroso, científico e integrado a condições de vida das crianças. Tais opiniões impulsionaram o espírito do movimento das Escolas Novas. Ao tratar desse assunto Oliveira (2013) descreve que:

Esse movimento se posicionava contra a concepção de que a escola deveria preparar a vida com uma visão centrada no adulto, desconhecendo as características do pensamento infantil e dos interesses e necessidades da própria infância [...] no campo da psicologia [...] Vygotsky na década de 20 e 30 atestava que a criança é introduzida na cultura por parceiros mais experientes [...] Wallon destacava o valor da afetividade na diferenciação que cada criança aprende a fazer entre si mesma e os outros [...] Piaget e colaboradores revolucionaram a ideia dominante sobre a criança [...]. Freinet (1896-1966) para ele a educação que a escola dava a criança deveria extrapolar os limites da sala de aula e integrar-se as experiências por elas vividas em se meio sócia (p.76 e 77).

Os educadores defendiam a transformação radical das escolas brasileiras e traziam as questões Educacionais para o centro das discussões políticas nacionais. Oliveira (2013) ressalta que:

Em 1924 educadores interessados nas escolas novas fundaram a associação Brasileira de educação. Em 1929 publicou o livro introdução ao Estudo da escola nova divulgando as novas concepções entre educadores brasileiros. Em 1932 surgiu o manifesto dos pioneiros da Educação nova, documento que defendia amplo leque de pontos: a educação como função pública [...] a

necessidade de um estudo ativo nas salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório [...] Entre outros pontos [...] Estava à educação pré-escolar, instituída como a base do sistema escolar (p.98).

No final de 1920 manifestavam seus interesses pela renovação de concepções de crianças e processos educacionais, práticas pedagógicas e legislações que atendessem a necessidade da Educação para as crianças.

O Estado tendo como governo Getúlio Vargas, político militar que defendia a manutenção da Ordem social por meio de um sistema opressor e ditador adotou uma estratégia combinada de repressão e de concessões no que dizia respeito às legislações sociais. Com as ações direcionadas a Educação Kramer (2011) enfatizar que:

A 19 de novembro de 1930 foi criado, pelo decreto n 10.402, o ministério da Educação e saúde pública, englobando várias instituições desmembradas do ministério da justiça e dos negócios interiores [...] Como organização, a entidade ministerial se constituída de quatro departamentos (Departamento Nacional de Ensino, Departamento Nacional de Saúde Pública, Departamento Nacional de Assistência pública e Departamento Nacional de medicina experimental (p 58).

Centralizados os poderes governamentais o assistencialismo continuava fortemente ligado a creches destinadas a crianças das classes desfavorecidas.

Kramer (2001) enfatiza que em 1940 surgia o Departamento Nacional da criança, vinculado ao Ministério da Saúde. Em 1941 o serviço de assistência a menores, vinculado ao Ministério da justiça. Os projetos que envolviam as crianças continuavam a propor atendimento prestado na esfera médica e assistencial como o fato da criação em 1941 da legislação Brasileira de Assistência, sociais do governo e sua política governamental destinada à família e a infância.

A lei Brasileira de Assistência implantou no país para o atendimento em creches, o projeto casulo, que funcionava em ambientes não propícios a Educação infantil, pois este não demonstrava respeito à faixa etária das crianças ali atendidas assim como não valorizava um trabalho educacional voltado ao crescimento intelectual dos pequenos.

Na década de 50 acontece várias campanhas com tendência medico-higiênica proposta pelo Departamento Nacional da criança. Segundo Kramer (2011, p.65) as campanhas eram referentes a “combater a desnutrição, vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico”. A partir da década de 50 as creches existentes fora das indústrias eram de responsabilidade filantrópica, laicas e algumas ainda de cunho religioso, cujo objetivo era suprir as carências da pobreza. Para Kuhlmann Junior (2001)

A pequena oferta de atendimento supunha o estabelecimento de um clima de competição entre os que necessitassem dos serviços os mais subservientes seriam atendidos. Além disso, o caráter de baixa qualidade dos serviços prestados era um meio para não o tornar atraente e alvo de reivindicações generalizadas. Quem quisesse o atendimento precisaria expor sua vida privada ao escrutínio que ofereciam (p.67).

Em 1960 o setor executivo da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que foi criado com o objetivo de socorrer os países devastados pela segunda guerra). Decidiu que sua assistência deveria ser atrelada as linhas gerais dos programas de Desenvolvimento Nacional dos países que necessitassem de sua ajuda. Assim a UNICEF e o governo precisariam juntos promover programa de atendimento a infância, portanto a situação das crianças e das escolas para atendê-las passava a ser estudada.

Em 1961 foi aprovada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4024/61) fato este importante que ocorreu nesse período, a lei descrevia nos seus artigos da seguinte forma, segundo Oliveira, (2013)

Art.-. 23 A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 e será ministrada em escolas materiais ou jardins de infância. Art. 24 “As empresas que tenham em seu serviço mães de menores de 7 anos serão estimuladas a organizar e manter por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos instituições de educação pré-primária” (p. 102).

Portanto o Estado retirava de si as responsabilidades com as crianças e estimulava as famílias vê as empresas entenderem que tinham obrigação de viabilizar as instituições às crianças. Segundo Oliveira (2013) a nova legislação sobre o ensino formulada em 1971(lei 5692) trouxe novidades à área, ao dispor que: os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam educação em escolas materiais, jardins de infância ou instituição equivalentes”. Percebe-se também que nesse período a criação de creches e pré-escolas é novamente defendido por diferentes camadas sociais, sendo este fato relacionado aumento do operariado, o início da organização dos trabalhadores da zona rural para reivindicar melhores condições de trabalho, a integração crescente no mercado de trabalho de mulheres da classe média, a diminuição dos espaços urbanos adequados as brincadeiras infantis, como quintais e as ruas, frutos da especulação imobiliária e do agravamento do trânsito (OLIVEIRA, 2013).

Nesse período, da década de 70 a educação para crianças menores de 7 anos, ampliou-se de uma ideia “de compensar carências de ordem orgânica para a compensação de carências de ordem cultura” (Oliveira.2013p.108). Nesse período a educação infantil foi defendida

sobre uma perspectiva de educação compensatória, que visava à superação de supostas carências culturais de crianças das classes sociais desfavorecidas.

Vigoroso debate nacional sobre os problemas das crianças provenientes dos estratos sociais desfavorecidos aprofundava que o atendimento pré-escolar público seria elemento fundamental para remediar as carências de sua clientela, geralmente mais pobre. Segundo essa perspectiva compensatória, o atendimento às crianças dessa camada em instituições como creches, parques infantis e pré-escolas possibilitaria a superação das condições sociais a qual estavam sujeitas. (OLIVEIRA, 2013, p.109).

Ainda segundo a autora a educação compensatória abordava que, a pré-escola deveria por antecipação preparar essas crianças com práticas do ensino fundamental, ou seja, estimulavam de forma precoce e preparavam as crianças para práticas de alfabetização, favorecendo “no entanto, as práticas educativas geradas por uma visão assistencialista da educação e do ensino” (p.109). Para Kramer (2012) essa concepção era defendida por documentos oficiais do MEC e do Conselho Federal de educação por influências de organismos internacionais, que viam na pré-escola uma forma de resolver por antecipação problemas da escola. Ainda que a prática compensatória tenha cometido vários equívocos ela foi de suma importância para impulsionar “debates sobre as funções e currículos da pré-escola, legitimando a educação pré-escolar, relacionando pré-escola e escola do 1ª grau”. (p.12).

Enquanto que, nesse período a educação compensatória e o assistencialismo eram marcas do atendimento aos filhos dos operários e das crianças pobres. Por outro lado, crescia o número de instituições, principalmente privadas, geradas pela inserção cada vez maior da mulher da classe média no mercado de trabalho. Essas instituições propunham uma visão diferenciada de atendimento às crianças dessa camada social (Oliveira, 2013). A preocupação começa a ser centrada no desenvolvimento intelectual daquelas crianças, sendo que estas instituições acarretaram em seu “bojo novos valores: a defesa de um padrão educativo voltado para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais das crianças (p.109).

Nem tudo era harmonioso nesse processo. Enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuavam dominantes no trabalho nos parques que atendiam filhos dos operários e nas creches que cuidavam das crianças de família de baixa renda, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo para crianças eram adotadas pelos jardins de infância onde eram educadas as crianças de classe média (OLIVEIRA, 2013, p.110).

Essa visão de atendimento destinado a crianças da classe popular começa a sofrer algumas mudanças, a partir do momento que as famílias de baixa renda reivindicam por parte do poder público não só a criação de creches e pré-escola como um objeto de guarda de seus

filhos, mas como uma instituição que promovesse a educação desses pequenos. Cada vez mais discursos viam na Educação Infantil como um instrumento de preparação para a escolarização obrigatória (Oliveira, 2013)

Esses fatores sociais, aliados a discussões de pesquisadores em psicologia e educação sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança propiciariam algumas mudanças no trabalho exercido nos parques infantis. Esse trabalho assumiu, então, caráter pedagógico voltado para atividades de maior sistematização, embora a preocupação com medidas de combate à desnutrição continuasse a perpassar o atendimento às crianças. (OLIVEIRA2013, p.111).

No entanto essa realidade do atendimento a crianças pequenas vista como um lugar de guarda e assistência passa a ter um olhar diferenciado a partir da década de 80 com as transformações que vinham ocorrendo na sociedade e na maneira de ser e ver a criança.

Conforme Kramer (2012) graças a avanços no campo teórico e nas práticas, aliados as instâncias políticas que a situação de crianças menores de 7 anos é alterada.

Nesse período surgiu a necessidade de propor e incentivar alternativas que considerasse as diversidades culturais e lingüísticas nas práticas educativas. Tais iniciativas e acesso aos estudos da antropologia, sociologia e da psicologia favoreceram compreender a situação de pobreza das populações e suas consequências. Estava (e está) em questão combater a desigualdade e considerar as diferenças. (KRAMER, 2012, p.12).

A Constituição Federal de 1988 foi decisiva para que houvesse mudanças tanto na maneira de entender a criança na sociedade como na educação ofertada a essa clientela. Educação, assistência, liberdade, lazer, saúde. Etc. Tornaram-se direito social e humano de toda a criança; independentemente de gênero, cor, raça, condição social, etc. É importante enfatizar que essa conquista está ligada aos movimentos sociais, os quais foram importantes para que a criança fosse reconhecida como um sujeito de direito. A Constituição reconheceu a Educação Infantil como parte do sistema educacional e não mais de cunho assistencial, como um direito da criança e um dever do Estado. Após a Constituição vários outros documentos surgiram Como o ECA em 1990 que foi um dos documentos importante, o qual foi especificado cada um dos direitos da criança e do adolescente a seguir, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96 que reconheceu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica. Nesta legislação a Educação Infantil compreende o atendimento em creches e pré-escolas - sendo na creche o atendimento de crianças de 0 a 3 e a pré-escola de 4 a 5.

A LDB reconhece em seu Art. 29, a educação infantil primeira etapa da educação básica a qual deve promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade,

em todos os seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade.

E outros documentos assim como estudos de importantes teóricos, que ajudam a orientar as práticas pedagógicas na Educação infantil partindo das transformações que ocorrem nesse segmento de ensino, fato pelo qual trataremos no tópico a seguir as práticas pedagógicas para a Educação Infantil no currículo.

2.2 Práticas Pedagógicas Para a Educação Infantil no Currículo

É notório que a Educação Infantil tem obtido grandes mudanças e avanço no seu processo desenvolvimento humano e aprendizado escolar, sendo este atualmente entendido como uma função que se contrapõe a educação pautada na antecipação de práticas do ensino fundamental. Para tanto surge a necessidade de instrumentos que oriente e dê bases legais às práticas pedagógicas desenvolvidas na área da Educação Infantil, assim como possa servir de suporte formativo para o professor (a), coordenadoras (es) escolares e as redes de ensino tanto na esfera Estadual quanto municipal a fim de fundamentar, estruturar e organizar assuntos e ações educativas com qualidades a serem direcionadas e executadas junto à criança atendida em creches e pré-escolas. Dentro dessas angústias e anseios por um atendimento educacional infantil, sistematizado, objetivo, formativo são elaborados e aprovados documentos como Referencial curricular nacional para educação infantil (1998), resoluções CEB/CNE nº 05 de 17/12/2009, documento que enfatiza no seu artigo 2º que:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil articula-se com as diretrizes curriculares nacionais da educação básica e reúne princípios fundamentais e procedimentos definidos pela câmara de educação básica do conselho Nacional de Educação para orientar as políticas públicas na área e elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas curriculares (resoluções CEB/CNE nº 05 de 17/12/2009).

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil torna-se um documento legal orientador dos assuntos, objetivos, eixos de trabalho, concepção de criança, planejamento, orientações didáticas que ajudam a valorizar a educação infantil como um espaço de interação social e também como um ambiente que contribui para o desenvolvimento das diferentes competências e habilidades das crianças nessa etapa da educação básica.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1988) é outro documento legal que relata sobre o Currículo de creches e pré-escolas, sendo este organizado em eixos de

trabalhos reunidos em dois volumes relacionados aos seguintes campos de experiência: formação pessoal e social e conhecimento de mundo. (RCNEI,1988)

O campo de experiência formação pessoal e social é um volume que faz referência as experiências de formação pessoal sendo que este contribui para o processo de construção da identidade e autonomia das crianças. Ao tratar sobre a autonomia das crianças não podemos deixar de destacar os princípios fundamentais nas diretrizes estabelecidas (resolução CNE/CEB nº 01/99 e parecer CNE/CEB nº 22/98) entre eles estão os: “Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades”. (Parecer CNE/CBE nº 20/2009, p.8).

Dessa forma, o eixo de trabalho deve ser visto como uma prática pedagógica na Educação Infantil o qual dispõe espaço escolar como o ambiente de articular, vivenciar experiências e saberes das crianças frente a outros já produzidos na cultura histórica social e assim auxiliar os pequenos a extensão e reconstrução desses saberes de forma mais ampla e que possa despertar o interesse da criança conforme sua escolha, sua identidade e autonomia para a promoção e reprodução dos seus conhecimentos em diversos aspectos social, cultural, afetivo e cognitivo. (CASTRO, 2018).

Com relação ao âmbito de experiência conhecimento de mundo este contém seis eixos de trabalho orientados para a construção de diferentes linguagens são eles: movimento e música, artes visuais, linguagens oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. Eixos estes extremamente ligados a um dos princípios básicos estabelecido no parecer CNE/CEB nº 22/98 definindo da seguinte forma: “princípios políticos: da cidadania, do exercício, da criticidade e do respeito à ordem democrática” (p.8).

A proposta da cidadania se volta à contribuição da criança perceber o eu e o outro, aprender a opinar, considerando suas reações afetivas, ideias, conflitos e auxílio nas resoluções dos problemas surgidos no contexto social e histórico em que vive. Nessa perspectiva a criança não se limita somente observar o mundo com passividade, mas busca compreender o mundo e a si própria, constrói significado e as mesmas são transformadas de forma continua em cada interação com pessoas e objetos, fortalecendo e construindo competências de acordo com que lhe é oferecido na escola de Educação Infantil.

Daí a importância de se trabalhar e valorizar na Educação Infantil outro princípio fundamental nas diretrizes CNE/CEB nº 01/99 parecer CNE/CEB 22/98 que destaca os princípios referindo-se “à valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artística e culturais” (p.8).

Os princípios estéticos estão intrinsecamente ligados a organização da prática educativa, do espaço físico agradável, limpo e arranjado para a experiência de aprendizagens, onde as crianças se sintam seguras e dê oportunidades de desenvolvimento das capacidades expressivas, cognitivas, motoras, afetivas e sociais. Para Oliveira (2002,p.20).

Cada educador tem uma ideia de criança e é a partir dela que se organiza a prática educativa. É justamente essa concepção específica que determina as decisões do cotidiano, o uso dos espaços, a distribuição do tempo, e as relações estabelecidas nesses ambientes educativos. (p.20).

A escola e educadoras (es) que trabalha sob a luz das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil e considera os espaços escolares como contexto de aprendizagens educativo pensado para criança, deve proporcionar ambientes organizados com disposições de objetos que lhe permitam a livre escolha e amplie a possibilidade de viver experiências e interações com elementos plurais.

É aconselhável que os locais de trabalho de maneira geral acomodem confortavelmente as crianças dando o máximo de autonomia para acesso e uso dos materiais [...] muitas vezes a atividades nas instituições acontecem num mesmo espaço. O professor pode então organizar o ambiente de forma a criar cantos específicos para cada atividade: cantos de brinquedos, de artes visuais, de leitura de livros etc. (RCNEI, 1988, p.110).

A organização do espaço educativo precisa ampliar as oportunidades infantis de se expressar, comunicar, criar significados no diálogo que estabelece consigo e com o outro, que auxilie os pequenos a aprenderem e desenvolverem atitudes de solidariedade, combate aos preconceitos, o valor dos diferentes grupos, ampliando possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de ser educada e respeitada na sua faixa etária e na promoção de práticas educativas que facilite o aprendizado individual e coletivo.

A roda de conversa é momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de ideias, por meio desse exercício cotidiano as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor suas ideias, dúvida e descobertas, ampliar seu vocabulário a aprender a valorizar o grupo como instância de troca de aprendizado. A participação na roda permite que as crianças aprendam a olhar e ouvir os amigos, trocando experiências. (RCNEI, 1988, p.138).

Portanto é pertinente que as atividades planejadas considerem os princípios estéticos como ponto importante para a construção dos saberes na Educação Infantil, etapa escolar que deve privilegiar a criança como sendo o centro do planejamento curricular. Para isso é

indispensável que os profissionais que atuam na Educação Infantil reflitam sobre sua prática pedagógica.

Dessa forma o RCNEI (1988) e demais legislações, como as diretrizes surge com o propósito de servir como ferramenta teórica que conduza os educadores da Educação Infantil a pensar e colocar em práticas as ações educativas que venham contribuir de forma eficaz e prazerosa com o desenvolvimento curricular proposto na Educação Infantil, como também com a garantia de um ambiente educativo organizado e estimulador as diferentes tipos de aprendizagens que se espera implementar nas atividades educativas das crianças, esta educação considerada como direito social. Sobre os documentos formulados para ajudar a prática pedagógica dos educadores da Educação Infantil, Oliveira (2013) afirma que:

Tais diretrizes tratam o cuidar e o educar como aspectos indissociáveis e defendem uma concepção de criança como sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira e principalmente como alguém com o direito de viver sua infância; daí as preocupações manifestadas em combate à antecipação de rotinas e práticas características do Ensino Fundamental, para orientar o trabalho com as crianças pequenas. As diretrizes ainda apontaram as condições necessárias para a concretização dessas (a concepção de avaliação, a formação dos professores e gestores, atenção multidisciplinar à criança e a oferta de condições estruturais e conjunturais para o trabalho pedagógico (p.119 e 120).

Assim sendo, observa-se as legislações que expõem sobre o currículo na Educação Infantil, também se preocupam com as condições estruturais do ambiente educativo à medida que tratam das dimensões escolares de forma ampliada e primam por critérios de qualidade contemplando as funções indissociáveis. O cuidar segundo Oliveira(2013)

Cuidar não se restringe apenas ao atendimento de necessidades físicas das crianças, deixando-as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede, e a higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança, física e psicológica delas, que lhe assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual estão se percebendo como sujeitos. Nesse ambiente a criança se sente cuidada. Sente que há uma preocupação com seu bem-estar, com seus sentimentos, com suas produções, com sua autoestima.(p.47).

O cuidar neste sentido vai além de questões biológicas. Este ato também faz referência a maneira como esses aspectos e outros como a atenção, o afeto, a segurança são oferecidos a criança; a ponto de contribuir para o seu reconhecimento enquanto sujeito ativo do seu processo de desenvolvimento.

De acordo com o RCNEI (1988)

A organização dos momentos em que são previstos cuidados com o corpo, banho, lavagem das mãos, higiene oral, uso dos sanitários, repouso e brincadeiras ao ar livre, podem variar nas instituições de Educação Infantil, segundo os grupos etários atendidos, o tempo de permanência da criança na instituição [...]. O planejamento dos cuidados e da vida cotidiana na instituição deve ser iniciado pelo conhecimento sobre a criança (p.75).

O ambiente escolar infantil favorável aos cuidados essenciais promove atividades para o crescimento educativo e saudável das crianças com base nas atitudes e procedimentos que atendem as necessidades de afeto, alimentação diversificada, coerente e saudável a faixa etária da criança, segurança, integridade corporal e psíquica durante o período em que a criança permanece na instituição escolar, como também lhes oferece condições de aprendizagens para o crescimento intelectual motivo pelo qual o cuidar está profundamente ligado ao ato de Educar. Segundo o RCNEI (1988) Educar significa:

Proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (p.23).

Deste modo, educar não é antecipar práticas do ensino fundamental, mas oportunizar o desenvolvimento das crianças compreendendo suas singularidades, individualidades, manifestações e suas experiências vividas e trazidas para dentro do ambiente escolar. Nesse sentido a ação do Educar precisa considerar as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças. Para tanto é preciso colocar em prática alguns princípios apontados no RCNEI (1988) sendo eles:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais,, econômicas, culturais, éticas, religiosas, etc.
- O direito das crianças a brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, a interação social, ao pensamento, à ética e a estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (p.15).

Quanto ao desenvolvimento da identidade das crianças, este princípio está conectado ao eixo identidade e autonomia contida no currículo de educação infantil. Segundo o RCNEI (1988).

O desenvolvimento da identidade e autonomia está relacionado com processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos [...] com outras crianças e com os adultos, contribuindo para o reconhecimento [...]. Diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si própria (p.11).

As interações podem acontecer e se formar em ambientes sociais como a instituição escolar, à medida que permite o contato e o confronto com adultos e crianças em diferentes situações.

Para desenvolver atividades que proporcione o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças, é preciso recorrer a outro princípio referente ao direito das crianças que é o brincar. Conforme o RCNEI (1988).

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e autonomia. O fato de a criança brincar desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Na brincadeira as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (p.27).

Nas brincadeiras a criança pode se distinguir por meio dos papéis sociais que ela atribuir a ser, é um início para que a criança perceba suas características físicas seus modos de pensar frente a outros pensamentos expostos por outras crianças e adultos. O aprendizado sobre a autonomia auxilia e estimula capacidades de tomada de decisões nos campos das atitudes concretas no dia a dia das crianças. Portanto brincar funciona como um cenário de estímulo, onde as crianças podem imaginar representar e construir seus aprendizados como: a aquisição e consciência do próprio corpo, aprender a fazer escolhas, realizar ações como pegar algo, se alimentar, usar os banheiros, cuidar de seus materiais escolares com maior independência, respeitar regras simples de convívio social, identificar situações de riscos etc. Tais conteúdos que fazem parte do eixo identidade e autonomia podem ser orientados em situações de interações e brincadeiras no processo educacional das crianças de Educação Infantil.

O âmbito experiência e conhecimento de mundo que faz parte do currículo de Educação Infantil contém seis eixos educativos, os quais orientam a construção das diferentes linguagens. Com relação ao eixo movimento o RCNEI (1988) afirma que:

As maneiras de andar, correr, arremessar, saltar, resultam das interações sociais e das relações dos homens com o meio; são movimentos [...] construídos em função de diferentes necessidades, interesses e possibilidades corporais humanas presentes nas diferentes culturas e em diversas épocas da história [...]. Dessa forma diferentes manifestações dessa linguagem foram surgindo com a dança, o jogo, as brincadeiras, as práticas esportivas [...]; ao brincar, jogar, imitar e criar ritmos e movimentos as crianças também se apropriam do repertório da cultura corporal na qual estão inseridas (p.15).

O trabalho com movimento contempla as atividades referentes ao ato motor que faz presente em funções expressivas, sentar, subir, descer, rodar, pegar, pular, bater palmas, segurar o lápis, folhear livros, fazer recortes, colar, danças são ações do cotidiano da criança.

Portanto na escola de Educação Infantil precisa ampliar as possibilidades de explorações de movimentos e oportunizar a expressividade e mobilidade das crianças por meio de atividades lúdicas e brincadeiras que compõe o repertório infantil como forma oportuna de desenvolver habilidades do plano motor. Entre tantas brincadeiras estão empinar pipas, jogar peteca, futebol, dançar, pular amarelinha, cabo de guerra, etc.

O eixo referente à música engloba as expressões e comunicação de ideias corporais e rítmicas. De acordo com o RCNEI (1988).

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos, etc. São atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical. Além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e aqui reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados (p.48).

É válido que os educadores de educação infantil utilizem as músicas como formas de estímulo ao aprendizado sonoro como também no movimento e expressões culturais e sociais usando como prática pedagógica as brincadeiras. O RCNEI (1988) enfatiza que:

Participar de brincadeiras de rodas ou de danças circulares como” A galinha do vizinho” ou ciranda, cirandinha” favorecem o desenvolvimento da noção de ritmo individual e coletivo, introduzindo as crianças em movimentos inerentes à dança. Brincadeiras tradicionais como “A linda Rosa Juvenil” na qual cada verso corresponde um gesto, proporcionam também a oportunidade de descobrir e explorar movimentos ajustados a um ritmo, conservando fortemente a possibilidade de expressar emoções (p. 31).

Mediante ao exposto é notório a importância do uso musical e rítmico nas atividades infantis. Pois além das expressões emocionais ela favorece aprendizado como: a escuta, a atenção, a oralidade, a expressão corporal mental e ainda proporciona alta estima e

valorização das aprendizagens social e cultural de determinado grupo e de seus contextos sociais e culturais.

As artes visuais é um eixo de trabalho contido no currículo para a Educação Infantil e é vista como forma de expressão do ser particular, do pensamento e sentimento transcrito por meio de desenhos, pinturas, modelagens com massas, pinturas que envolvem o mundo real e o imaginário das crianças. Os conteúdos direcionados ao fazer artísticos na Educação Infantil também são orientados a serem executados de forma lúdica, como enfatiza o RCNEI (1988) as atividades precisam envolver as:

Criação de desenho, pinturas, colagens, modelagens a partir do seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura etc.
Exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes necessários para fazê-lo artístico. (p.99)

Propor a variação de instrumentos para a criação artística contribui para que a criança pense novas possibilidades para criações artísticas. É viável conceber a criança como artista e construtora de obras significativas que paulatinamente vão se transformando em manifestações desafiadoras de ideias num processo criativo de elaborações de sensibilidade e percepção artística. Para Martins (2009).

Há muitas possibilidades de intervenção que pode ser oferecida como situações de aprendizagem, instigando a criação, a percepção e o contato com a arte. Mudar o espaço físico, entrar na sala trazendo uma “surpresa”, oferecer aos aprendizes suportes diferentes em cor, tamanho e textura, variar a postura corporal para fazê-lo, ficando de pé, deitado ou sentado no chão e propor subgrupos de acordo com alguns critérios diferentes, são alguns modos possíveis de intervir. Tudo isso pode renovar a criação e a ousadia de pensar por outras perspectivas (p.161).

Quando as habilidades infantis são estimuladas, elas contribuem no processo de aprendizagem, estimulando à atenção, a percepção, a curiosidade, a hipótese e o questionamento, atitudes que possibilitam a construção e reconstrução das ideias, fantasias e a renovação do fazer artístico.

Ao tratar sobre comunicação é viável abordar, que tem como finalidade a ação de comunicar, dialogar por meio das expressões verbais ou escritas. De acordo com RCNEI (1988).

A oralidade, a leitura e a escrita devem ser trabalhadas de forma integrada e complementar potencializando-se os diferentes aspectos que cada uma dessas linguagens solicita das crianças. Para as crianças [...] os conteúdos são apresentados em três blocos. “Falar e escutar”; práticas de leitura e práticas da escrita (p.133).

Com a finalidade de desenvolver propostas educativas direcionadas ao aprendizado da linguagem oral e da escrita faz-se necessário que o professor (a) observe seu grupo de crianças, pois é através de situações concretas que criança pode dá indícios que está interessada nesse universo de ler e escrever. Neste sentido a observação pode contribuir para que o professor possa promover ações educativas que aproxime as crianças dos aspectos da linguagem oral e escrita. No entanto é importante frisar que na Educação Infantil tal prática pode sim ser trabalhar, todavia sem o compromisso de alfabetizar as crianças. Sobre esse assunto Junqueira Filho (2001) afirma

Na educação infantil, estaremos em processo lendo e escrevendo, com as crianças, ou seja, começaremos a exploração da linguagem oral e escrita com elas e continuaremos a fazê-lo sem o compromisso ou objetivo de alfabetizá-las – até o fim desde período da escolaridade. Isso não quer dizer, no entanto que estamos fugindo da raia, ou que não é nossa responsabilidade atender as demandas das crianças em relação à leitura á escrita. Ao contrário devemos estar preparados para responder às crianças à altura de sua curiosidade- para não desperdiçarmos suas potencialidades, para não lhe negar o conhecimento a que têm direito (p. 141).

Outro eixo curricular da Educação infantil é a natureza e sociedade, a qual se refere à aprendizagem sobre o meio natural que compõe o universo e sua relação com o meio social.

Na Educação Infantil o meio ambiente deve ser analisado partindo dos conhecimentos que a criança trás do meio à qual está inserida. Para tanto se precisa que as crianças sejam postas frente a situações de observações concretas, relatos, conto de histórias, que podem identificar-lhes de forma individual ou grupal ao meio natural e social em que moram, conhecem, distinguindo-os de outros ambientes naturais conhecidos pelas crianças.

Os valores ensinados sobre esse eixo devem ser vivenciados pelas crianças por meio de implantações de práticas voltadas para a resolução de problemas concretos, por isso precisam ser atividades eficazes que proporcione a construção do aprendizado de forma leve e prazerosa. Sobre esse assunto o RCNEI (1988) Aponta que:

O brincar de faz-se de conta, por sua vez possibilita que as crianças reflitam sobre o mundo. Ao brincar as crianças podem reconstruir elementos do mundo que as cerca com novos significados, tecer novas relações, desvincular-se dos significados imediatamente perceptíveis e materiais para atribuir-lhes novas significações, imprimir-lhes suas ideias e os conhecimentos que tem sobre si mesma, sobre as outras pessoas, sobre o mundo adulto, sobre lugares distantes e/ou conhecidos (p.171).

Portanto a ludicidade não pode ser vista somente no ângulo da diversão visto que o brincar facilita a aprendizagem o desenvolvimento pessoal, social e cultural. De acordo com RCNEI (1988)

O Trabalho com as brincadeiras, músicas, histórias, jogos e danças tradicionais da comunidade favorece a ampliação e valorização da cultura do seu grupo para crianças. O professor deve proporcionar o acesso das crianças a esses conteúdos, inserindo-os nas atividades e no cotidiano da instituição. Fazer um levantamento das músicas, jogos e brincadeiras do tempo em que seus pais e avós eram crianças pode ser uma atividade interessante que favorece a ampliação do repertório histórico e cultural das crianças (p.179).

Portanto as atividades lúdicas são facilitadoras de aprendizagens de forma integrada, onde o processo de construção de saberes envolve as relações produzidas no universo composto pela natureza e sociedade e suas relações. Na Educação Infantil o brincar permite que os professores aprendam a observar, conhecer e estabelecer um vínculo de conhecimento sobre as necessidades individuais dos alunos como também relacionar aos eixos de conhecimento por meio de atividades lúdicas que permite o favorecimento de aprendizagens sobre diversos assuntos.

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso de material ou recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças [...] a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar: conteúdos sociais se constroem, e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas quais sejam brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se organizam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras (RCNEI, 1988, p.28).

Portanto entende-se que o brincar é uma forma de exploratória para a expansão e construção de diversos saberes que envolvem conteúdos e assuntos dos eixos que compõe o currículo da Educação Infantil, o qual se apresenta como um documento orientador das ações educativas como também possui um caráter social à medida que envolve práticas embasadas nas propostas de Cuidar e Educar de forma intrinsecamente associadas.

O cuidar refere-se não somente a processos físicos da criança, mas contempla todo o processo de organização do ambiente educativo, a disposição dos brinquedos e outros materiais, acolhimento, segurança, respeito às experiências das crianças, promoção da saúde e entre eles está à oferta e o estímulo a uma alimentação saudável.

Educar tem sentido à medida que práticas educativas possibilitem experiências para o desenvolvimento do potencial infantil e assim contribuir para que as crianças se sintam ativas e construtoras de conhecimentos que auxiliem na sua trajetória de vida no presente e no futuro.

E o brincar faz parte da vida de qualquer criança, é através da brincadeira que a criança interage com mundo real e o mundo da fantasia. Sendo essa interação uma ferramenta essencial para o desenvolvimento infantil. Diante do exposto configura-se a tríade cuidar-educar e brincar ações que devem permear a prática pedagógica dos educadores na Educação Infantil.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Devido à temática deste estudo ser direcionado a um fenômeno educativo e da interação entre seres humanos em um ambiente sócio histórico, optou-se por seguir a abordagem de cunho qualitativo. Conforme Minayo (2001) a abordagem qualitativa é uma pesquisa que preocupa em responder a questões muito particulares que não podem ser quantificadas ou reduzidas a operações matemáticas. é um tipo de pesquisa que se desenvolve no mundo de significados das ações e relações humanas.

Para Chizzoti a abordagem qualitativa é:

Parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo do conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (1998, p. 79).

Portanto podemos considerar como um método de pesquisa ideal para este estudo, pois ela nos possibilita uma maior aproximação do objeto a ser pesquisada além de nos proporcionar possível soluções para determinado problema.

Esta monografia é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo. A primeira etapa para a construção da pesquisa foi fazer um levantamento bibliográfico em estudos de importantes teóricos que discutem a temática. A pesquisa bibliográfica nos possibilitou uma maior aproximação de vários conhecimentos disponíveis, dos quais foram essenciais para a elaboração da presente monografia. A pesquisa bibliográfica por ser elaborada a partir de material já publicado estabelecido de livros, artigos de periódicos e outros materiais ela ajuda o pesquisador a levantar um conhecimento sobre determinado assunto.

Para Pádua (2000) a pesquisa bibliográfica tem como objetivo colocar o pesquisador em contato com o que já foi produzido e registrado a respeito do seu tema de pesquisa. ‘A bibliografia é o conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escrita por vários autores, em épocas diversas, utilizando todas ou partes das fontes (SALOMO, apud PÁDUA, 2000).

Após o levantamento bibliográfico, realizamos uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente localizada em um bairro da periferia de

Abaetetuba no Estado do Pará.. A pesquisa de campo foi de suma importância para a fundamentação deste trabalho, visto que ela nos permitiu o contato direto com o ambiente escolar além de ter contribuído para que pudéssemos conhecer como o mesmo se encontra e assim fazer as observações e análise dos fatos como ocorrem na realidade.

Segundo Severino (2007) na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu próprio ambiente. Sendo a coleta dos dados feita nas condições naturais em que o fenômeno ocorre, sendo diretamente observados, sem que haja intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados foi feita a entrevista e a observação As entrevistas foram realizadas de maneira semiestruturadas que segundo Pádua (2000) é um conjunto de questões organizadas sobre o assunto que está sendo estudado, “a qual permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre o assunto que vão surgindo como desdobramento do tema principal” (p.72).

A entrevista semiestruturada foi realizada por meio de um formulário contendo 12 perguntas direcionadas a duas professoras atuantes na Educação. Infantil. Esse tipo de instrumento de coleta de dados foi importante, pois durante a entrevista foram surgindo outras questões que interessavam à pesquisa. Por se tratar de uma entrevista semiestruturadas as adaptações puderam ser realizadas.

A observação participante foi outro instrumento de coleta de dados que ocorre Segundo Minayo(2001)

Através do contato do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.(p31)

Sendo assim a pesquisa participante nos possibilitou identificar uma série de informações e situações as quais a entrevista não nos possibilitaria, sendo estas de fundamental importância para a compreensão do objeto de estudo.

4-ANÁLISE E DISCURSSÃO DOS DADOS

4.1. Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Escola da rede pública Municipal localizada na cidade de Abaetetuba-PA. A instituição é a única do bairro que atende crianças de três a cinco anos de idade. A escola conta com Equipe gestora; Corpo docente; Corpo técnico administrativo; Pessoal de Apoio. A equipe gestora é constituída de uma gestora com nível superior. A Equipe Pedagógica é constituída por 01 coordenadora. O quadro docente é constituído por 23 professores, todas mulheres. O corpo técnico administrativo é constituído de um secretária e 02 agentes administrativos. O corpo de apoio é constituído por 10 serventes, 4 vigias.

A instituição atende crianças da Pré-escola e recebe em média 419 alunos, nos horários da manhã / tarde.

A estrutura física da Escola:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Diretoria	1
Secretaria	1
Sala de informática	1
Sala de leitura	1
Sala de aula	7
Copa-cozinha	1
Banheiros F/M	2
Banheiros p/ funcionários	1
Salão	1
Brinquedoteca	1
Parque	1

4.2 Análises das Entrevistas

A coleta de informações se deu através de uma pesquisa semiestruturadas, onde as professoras responderam todas as perguntas feitas. Teve-se como sujeito da pesquisa duas professoras de Educação Infantil, que por motivo de preservação do direito de imagem às chamaremos de professora A e professora B.

A professora A cursou o magistério em nível médio, concluiu licenciatura em história pelo PARFOR-UFPA e possui especialização em Educação Afro-Brasileira, carrega em seu currículo 16 anos de docência. Atualmente trabalha como professora no período II da Educação Infantil, atendendo crianças de 4 a 5 anos.

A professora B também cursou o magistério em nível médio, concluiu licenciatura em história pelo PARFOR-UFPA, e possui especialização em educação especial, não foi informado quantos anos a mesma tem de docência, hoje em dia atua na Educação Infantil como professora no maternal atendendo crianças de 3 anos de idade.

A primeira pergunta destinada as docentes foi o que entendem por Educação Infantil? As professoras responderam da seguinte forma:

A educação infantil é a base, é o que se inicia o processo do educar, é fundamenta é de suma importância para qualquer criança ela passar essa etapa e não pular, ela ingressar, para quando ela chegar no ensino fundamental ela está passando por essa fase que é o brincar o cuidar, é o conviver com o outro que é importante para o desenvolvimento infantil. É a principal fase é essa da educação infantil. Elas têm que passar por esse processo eu vejo que quando uma criança não frequenta a educação infantil quando ela vai para o ensino fundamental ela perdeu a fase de interagir, brincar que são importantes para o desenvolvimento das mesmas. (Professora A).

Para trabalhar com a educação infantil tem que gostar por que é trabalhoso, a educação infantil é o começo de tudo, é a formação da criança (Professora B).

Pode-se analisar a partir das falas que ambas consideram que a educação infantil é uma das fases mais importante para a formação da criança.

Thiessen e Beal citado por Bilória e Metzner (2013) consideram a fase que a criança passa pela educação infantil, de extrema importância para a constituição da base de sua afetividade, socialização e inteligência, e conseqüentemente para o seu desenvolvimento integral e harmônico. Sendo a educação infantil a fase onde a criança começa a trabalhar suas “habilidades, hábitos, atitudes e atividades psicomotoras que vão preparando-a física e mentalmente num grau crescente, que deve ser aperfeiçoado à medida que a criança se desenvolve” (p.2).

A Educação Infantil deve ser espaço de convívio e de encontro onde as crianças sintam-se acolhidas e respeitadas e desenvolvam atitudes e padrões de pensamento construtivos; aprendam a fazer escolhas, realizar projetos, engajar-se em experiências diversificadas e envolventes com seu grupo etário e crianças de idades variadas; aprendam a comunicar suas ações, participem, dentro das possibilidades, das decisões que afetam suas vidas;

movimentem-se e brinquem livremente; tenham direito ao horário do sono quando estiverem cansadas sem serem obrigadas a dormir; acesso à alimentação escolar de qualidade; direito à privacidade quando necessário; apoio, proteção e segurança; organização intencional do espaço enquanto ambiente pedagógico, interação e convívio (HADDAD, apud Weiss, 2012, p.132).

Portanto é muito importante que a educação infantil possua um ambiente lúcido, seguro, e instigador o qual contribua para o desenvolvimento global da criança ali atendida

Outro ponto que chama atenção é a fala em que a professora A considera importante que todas as crianças tenham essa oportunidade, pois também contribuirá para as demais fases da educação. Sobre isso Kramer (1999) ao relatar os estudos de campos sobre a importância da educação infantil na vida das crianças, conclui que as crianças que frequentam a pré-escola, têm um resultado satisfatório no início da escolaridade formal; as crianças com condições desfavoráveis tendesse a se beneficiar mais dessa experiência, sendo a qualidade da pré-escola e da escola essenciais. Dessa forma a autora afirma que a Educação Infantil é uma das áreas que mais retribui a sociedade os recursos nela investido, contribuindo para o desempenho posterior. Neste sentido entendemos que a educação infantil é essencial, na vida de qualquer criança, pois essa experiência além de promover o desenvolvimento infantil irá contribuir de forma significativa nas demais fases do ensino.

Foi perguntado as professoras de educação infantil como é planejada as atividades pedagógicas? As mesmas responderam da seguinte forma:

É desenvolvido em conjunto direção, coordenação, professores e a família, nada é isolado, nada é individual tudo é coletivo. É um conjunto que comum único objetivo bem-estar da criança. (Professora A)

Em parceria, coma a diretora, coordenadora e nós professores é um conjunto, nós temos nossa H. A. em que sentamos junto à coordenadora para discutir o que será trabalhado. (Professora B).

Ambas apontam a importância de se pensar em um planejamento em conjunto com toda a equipe técnica da escola e a família, com o intuito de pensar em atividades que possibilite um bom desenvolvimento das crianças, visto que, o desenvolvimento infantil não se dá somente em sala de aula, e sim durante as práticas cotidianas. Segundo Oliveira (2013) o desenvolvimento na infância se dá no conjunto das atividades vivenciadas pela própria criança, em suas negociações que fazem das regras que lhe são apresentadas, nas ações que partem das alternativas do material disponível e pelas instruções e sugestões dadas pelos

professores de como se trabalhar com ele, bem como nos papéis assumidos pela criança em interações com os colegas e professor.

A professora B chama a atenção para o uso da Hora-Atividade que se trata de um direito garantido aos professores pela Lei 11.738/2008 onde se estabelece que 1/3 da jornada de trabalho deve ser reservada para atividades extraclasse, bem como para busca de novos conhecimentos que contribuirá para a formação do professor (a). De fato compreendemos que H.A seja de extrema importância, já que é necessário que se tenha um momento não só para o planejamento mais para o aperfeiçoamento da prática docente, a fim de proporcionar educação de qualidade.

No ambiente da Educação infantil é preciso ser planejado com atividades que sejam de fato estimuladoras e significativas, apresentando-lhes, novos signos, novas maneiras consideradas produtivas fazendo com que se relacionem com o mundo a fim de compreendê-los, buscando assim um desenvolvimento saudável e contribuindo para a formação de cidadãos. (OLIVEIRA, 2013)

Foi perguntado as professoras de educação infantil o que entendem sobre o cuidar e educar na educação infantil? Obteve-se a seguinte resposta:

Cuidar é fundamental, porque antes da gente cuidar tu tens que ter amor, se você não tiver amor na tua profissão, você não faz um bom trabalho. Antes de tudo é o amor, você tem que entender quando ela chora é porque tem algo, e não porque ta com tolice, ou ela está se sentindo mal ou algo aconteceu, cuidar é entender. Do cuidar tu vais educar o que não se trabalha isoladamente é um conjunto, do amor, do educar, do proteger. Trabalhar para o bem-estar da criança é você entender aquela situação de choro, de alegria, aquela situação de pegar o trabalho e riscar. Educar ele não é só a escrita e a leitura, é tu dizer o que é o certo e o errado. Certo é “tipo” eu e você conversando a criança não atrapalhar, educar é você não ser ruim para o seu colega, malcriado para os pais, ser organizado em fila na merenda para o escovódromo, e a criança saber a hora que tem que falar, é fazer atividade, educar não é deixar a criança fazer o que quer, é ensinar o certo e o errado.”. É educar para vida, mostrando que hoje em dia a realidade deles, porque o aluno reproduz o que ele vê na casa, se ele vê muita briga na casa ele vai aqui à escola ser malfina, ai temos que fazer com que nosso aluno de uma maneira outra ele entenda que aqui na escola é uma situação e na família é outra situação, e também nós entendemos que aquele aluno que chama palavrão, que bate é porque na casa ele já viu.. (Professora A).

Cuidar não é só levar no banheiro, dando lanche, cuidar é o ensinar de maneira diferenciada. Cuidar é saber ensinar respeitando a faixa etária da criança, eu não posso ensinar algo que está longe dela, o cuidar é saber trabalhar cada etapa da criança, respeitar. (Professora B).

Analisando as respostas podemos perceber que professoras em questão têm noções distintas do que seria o cuidar e do que seria o educar. A professora A afirma que para cuidar é necessário ter amor pelo trabalho, que esse amor implicará na percepção que se irá ter das emoções de seus alunos, já que a mesma diz: “Antes de tudo é o amor, você tem que entender quando ela chora é porque tem algo, e não porque ta com tolice, ou ela está se sentindo mal ou algo aconteceu” afirmando por fim que “cuidar é entender”. Em relação a essa fala, se faz necessário esclarecer que o cuidar na educação infantil não se trata apenas de entender a criança, mas vai muito além, sendo esta, uma ação de preservação da vida, de acolhimento, de atenção, que envolve uma relação afetiva e de proteção, a qual cumpre o papel de proporcionar a criança o bem-estar, a segurança bem como os cuidados físicos (FARIAS,2012).

Já a professora B afirma que o cuidar não deve ser visto de maneira assistencialista e sim um ato de ensinar de modo diferenciado, podemos perceber essa ideia no trecho em que a docente fala: “Cuidar não é só levar no banheiro, dando lanche, cuidar é o ensinar de maneira diferenciada” e por fim afirma que o cuidar é respeitar o nível de aprendizagem de acordo com a faixa etária da criança. A mesma não expôs sua opinião sobre o que seria o educar. Diante da situação acima, observamos uma certa dificuldade e confusão na fala da entrevistada, embora ela considere que o ato de cuidar vai além dos cuidados físicos, a mesma não consegue expor o que seria essa ação de forma mais abrangente.

Em relação ao termo educar, a professora A afirma que é uma ação que vai além de ensinar a criança ler e escrever. Educar tem significado na fala da docente no de ensinar para disciplina, e a obediência. Sendo esses aspectos enfatizados no seguinte trecho: “Educar não é só a escrita e a leitura, é tu dizer o que é o certo e o errado. Certo é “tipo” eu e você conversando a criança não atrapalhar, educar é você não ser ruim para o seu colega, malcriado para os pais, ser organizado em fila na merenda para o escovódromo, e a criança saber a hora que tem que falar, é fazer atividade, educar não é deixar a criança fazer o que quer, é ensinar o certo e o errado.”. Sobre o termo educar Bujes(2001) afirma:

A noção de experiência educativa que percorre as creches e a pré-escola tem variado bastante. Quando se trata de crianças das classes populares, muitas vezes a prática tem se voltado para atividades que têm como objetivo educar para a submissão, o disciplinamento, o silêncio, a obediência. De outro lado mas de forma igualmente perversa, também ocorre experiências voltadas para o que chamo de “escolarização precoce”, igualmente disciplinadora, no seu pior sentido. Refiro-me a experiência que trazem para a pré-escola, especialmente, o modelo da escola fundamental[...]rotinas, pobres empobrecedoras.

Diante do exposto, compreendemos que essa maneira de entender a ação de educar acaba por comprometer a qualidade na educação infantil visto que essa prática não respeita a fase em que a criança vive onde a interação, a brincadeira são aspectos essenciais para o seu pleno desenvolvimento.

O cuidar e educar juntamente com o brincar se tornam os pilares da educação infantil, visto isso, tais noções não devem ser deixadas de lado nesta etapa da educação básica o cuidar e educar deve ser vistos de forma integrada, pois as duas ações se completam, é preciso que tais ações sejam incluídas na prática pedagógica para o desenvolvimento integral da criança, visando perspectivas que respeitem as peculiaridades da infância, seus momentos, sua diversidade e realidade. Dessa forma, o professor deve ficar atento para as possibilidades que podem ocorrer em sua rotina diária com as crianças, pois ações rotineiras podem disponibilizar ótimas oportunidades de educação, pois no mesmo momento que se está em uma ação de cuidado, você pode também estar transmitindo conhecimento relacionada à formação do caráter e personalidade da criança, como a responsabilidade, o autoestima, a independência, o respeito para com o próximo, etc. Segundo Weiss:(2012)

A prática da educação e cuidado às crianças pequenas na Educação Infantil está fundamentada na atitude incorporada pelos professores de reconhecer-se como educador e cuidador. Para isso devem prever em sua formação o desenvolvimento de competências que atendam às necessidades biopsicosociocultural das crianças. Pois na educação infantil, outras dimensões da existência humana passam a se consideradas, tais como o desenvolvimento infantil em todos os aspectos: físico, afetivo, moral, espiritual e intelectual; o bem-estar das crianças e seu direito a um ambiente seguro, prazeroso, lúdico e estimulante, assim como a interação entre os pares e as crianças e adultos (p.130 a 131).

Logo, cabe ao professor compreender o cuidar e o educar como concepções base da educação Infantil, incorporando assim em sua prática para que se possa proporcionar de fato aos seus alunos um desenvolvimento que englobe todas suas necessidades, afetivas, sociais, intelectuais e culturais.

Foi perguntado as professoras sobre a importância da educação infantil para as crianças pequenas? As respostas foram às seguintes:

Sim por que são três eixos da Educação Infantil, o brincar, o educar e o cuidar. São três eixos fundamentais para a Educação Infantil que rege para gente. O brincar se eu quiser dizer que esse vaso bem aqui é o “V” eu utilizar esse material didático o vaso através de brincadeira ou uma musiquinha ou eu inventar D maiúsculo ou eu colocar a família silábica eu tô brincando com eles mas eu tô ensinado também. O brincar é trabalhado tanto de forma dirigida como livre, é livre no sentido assim, não é tu dá o brinquedo e

deixar eles fazerem o que querem livre no sentido de ir construído sua imaginação, se ele pega uma cadeira ele pode transformar em um trenzinho aquilo lá é livre, o dirigido é quando tu diz esse aqui é o brinco das vogais a gente vai brincar, esse é tu tá na frente diferente do livre que você deixa o aluno para usar a imaginação, fazer trenzinho, casinha. Na brincadeira podemos trabalhar questões fundamentais como saber dividir, questões de respeito pela cor do outro tipo essa coisa da identidade, aqui na escola meninos e meninas não sentam separados é tudo misturado, a sala é arrumada todo dia de forma diferente. Tudo isso é para mostrar que todos somos iguais independentemente da cor, raça e gênero. Um exemplo na prova de identidade e autonomia no período II tem uma criança que é negra, mas não aceita, ele não quis marca a cor negra queria ser branco. Naquele momento deixamos, mas no decorrer vamos tentar trabalhar essa questão. As crianças do bairro são muito carentes essa escola é a única de educação infantil é por isso que é lotada, mas mesmo na carência estão dispostos a ajudar a escola, se chamamos para uma reunião dizendo que é para melhorar a escola todos participavam. Isso que você vê não é nada de recursos da prefeitura isso é um trabalho coletivo junto da comunidade. A gente trabalha com projeto escola família, cada mês se trabalha um texto, começa com as vogais as junções, agora mês de abril vai ser o livro encantado o qual vamos trabalhar as consoantes F, G e H é uma sequência didática no brincar, (Professora A).

Sim, a brincadeira é muito importante porque é através do brincar que as crianças conseguem aprender, muito mais do que você der um trabalho escrito, se você fizer uma brincadeira tipo dentro e fora é melhor para eles absorverem. (Professora B).

Pode-se perceber que as duas professoras enfatizam a importância da brincadeira no momento da aprendizagem, utiliza a brincadeira como ferramenta de ensino. Além disso, a professora A chama a atenção não só para o uso da brincadeira para passar conhecimento científico, mas para notar questões sociais em sua sala, como se pode perceber no seguinte trecho: “Na brincadeira podemos trabalhar questões fundamentais como saber dividir, questões de respeito pela cor do outro tipo essa coisa da identidade, aqui na escola meninos e meninas não sentam separados é tudo misturado, a sala é arrumada todo dia de forma diferente. Tudo isso é para mostrar que todos somos iguais independentemente da cor, raça e gênero”, o que é bastante interessante, já que as noções de respeito, solidariedade, são percebidas no momento da brincadeira quando as crianças interagem entre si, proporcionando situações que contribuam para uma boa formação do indivíduo. De acordo com Weiss (2012) as iniciativas de educação e cuidado devem ser trabalhadas através do lúdico, promovendo atividades estimulantes e criativas, resultando em discussões que ganhem um sentido real através das experiências, considerando a faixa etária e o comportamento real da criança, tendo em mente que a aprendizagem não se dá somente através de contato com objetos de conhecimento, e sim através do intermédio do mediador, possibilitando assim o

desenvolvimento de experiências interacionais com o mundo histórico-cultural, transformando-as em apropriação de conhecimento.

Durante a entrevista foi perguntado de que maneira o jogo, a brincadeira e o lúdico são trabalhados em sua prática? As professoras responderam da seguinte forma:

Os jogos de forma divertida: lenda, parlenda, piadas, por que às vezes pensamos que a criança não tem conhecimento ela tem sim, elas não são cruas independentemente da idade elas tem algum conhecimento, porque elas já vêm de outro convívio. Então a gente usa da convivência deles para trabalhar, a gente vê um problema tipo do aluno do teste, semana que vem vamos trabalhar como identidade quem sou eu, aí eu já vou pesquisar vídeos sobre esse assunto, trazer o data show. (Professora A)

Eles são trabalhados mas nos dias de educação física e no final da aula, sobrou assim aqueles 20 minutos a gente trabalha os jogos de montar, brincadeiras de rodas, massinha. (Professora B).

Sobre as questões do jogo, a brincadeira e o lúdico a professora A afirma que trabalha de maneira divertida, enfatizando que a criança traz consigo conhecimentos trazidos de outra instituição social, a família, usando assim esses conhecimentos como ferramenta no seu ato de ensinar, através de vídeos, cantigas de roda e etc. Já a professora B afirma que o lúdico, o jogo e a brincadeira são trabalhados nos dias de educação física e no final da aula, através de cantiga de roda, massinha e jogos de montar quando sobra um tempinho.

Infelizmente o que observamos diante dessa fala é que o brincar, o jogo e o lúdico não são visto como uma ferramenta importante no momento da aprendizagem e como um direito da criança de viver sua infância, já que a maioria das escolas de educação infantil utiliza jogos e brincadeiras somente com o intuito de ocupar o tempo das crianças. Em relação à importância do lúdico do jogo e da brincadeira Vigotski afirma que “A brincadeira, que referimos como melhor mecanismo educativo do instinto, é a melhor forma de organização do comportamento emocional”(2004 p.147). É através da brincadeira que a criança aprende de maneira agradável e divertida, e com isso assimila os ensinamentos dados através da brincadeira para sua vida, por esse motivo, o professor (a) dever estar sempre atento para as formas de educação transmitidas através da brincadeira, não podendo deixar passar oportunidades de aprendizagem, é no momento do brincar que se é disseminado noções de cooperatividade, organização, respeito com a vez do colega, entre outros, é através da brincadeira que a criança passa a dar sentidos às coisas e objetos ao seu redor apropriando tais significados para sua vida. De acordo com Kishimoto (2001) é pelo brincar que a criança pode aprender valores culturais e significações, aprendem a expressar suas ideias a

compartilhar suas emoções, a tomar decisões, a cooperatividade, a socialização e o uso da motricidade.

Outra pergunta feita para as professoras foi quais os desafios que enfrentam como professor de Educação Infantil? As respostas foram às seguintes:

O maior desafio na educação infantil é que tem algumas famílias que não ajuda no educar da criança é achar que aquela criança na sua casa pode fazer o que bem entender, não é que não vamos dá carinho atenção só que tem limite, regras que precisam ser ensinadas. Aí tem situações que a criança não aceita e fala para os pais, a professora fez isso e aquilo e eles vêm para cima de nós, não aceitam certas regras que a escola impõe, não colaboram. Esse é o desafio, por que muitas mães entendem a repressão, como que o professor não gosta da criança. (Professora A)

Aqui é a superlotação das turmas, devido ser a única escola de Educação Infantil do bairro, aí o trabalho é bem feito, mas não alcança os 100%, sempre fica algo faltando, aí só para duas professoras fica difícil, e as outras coisas material pedagógicas, tempo, formação, orientação..O único desafio que eu encontro são esses. É muito importante, partir do momento que ele vem para cá, no primeiro dia é muito choro, mas depois vão criando o amor, um carinho, aí quando ele vem já se sentem à vontade para contar às coisas que às vezes são boas, mas outras não, até para família isso é bom. (Professora B).

A professora A aponta como um dos maiores desafios enfrentados por ela é a falta de ajuda dos pais em relação à educação das crianças, e a falta de compreensão de alguns pais em relação às questões de ensino na educação infantil. Já a professora B afirma que o desafio encontrado é a superlotação das salas, pois para ela fica difícil dar atenção a todos de maneira igual, entre outros desafios como a falta de material pedagógico, tempo, formação. Etc.

Em relação à participação dos pais na escola Felipe (2001) afirma que é necessário que qualquer situação que aconteça enquanto aquela criança estiver na instituição, deve ser informado aos pais ou responsáveis diariamente, como mordidas, beliscões, até mesmo a forma de trabalho e a prática pedagógica ali desenvolvida, algumas creches e pré-escolas fazem isso através das agendas, e bilhetes nos cadernos do aluno. Porém é importante estabelecer os limites destas intervenções dos pais na escola, já que alguns pais acreditam que podem interferir em tudo na instituição, ultrapassando a autoridade do professor, cabe à Educação Infantil, conquistar a confiança dos pais, elaborando um trabalho competente e respaldado pedagogicamente. Visto isso, buscar uma parceria entre a família e a escola é essencial para que possa oferecer para o aluno um desenvolvimento completo e saudável, é necessário que a Educação infantil, cultive os bons relacionamentos tendo em mente a formação do sujeito, armadas de aparatos pedagógicos competentes.

Em relação aos desafios colocados pela professora B, como superlotação, falta de tempo, recursos entre outros, Mendes (2017) afirma que tais dificuldades interferem na qualidade de ensino na educação infantil, segundo ela o ambiente escolar deve ser propício para que a criança possa aprender com qualidade, tendo como requisitos principais: a limpeza, condições de higiene, materiais e brinquedos em quantidades suficientes para atender todos os alunos, professores com formação adequada como previsto pela legislação, e a quantidade de profissionais compatível com a quantidade de alunos, enquanto houver ausência de algum desses requisitos não será possível promover uma educação de qualidade na Educação Infantil. Nesse sentido, não somente a instituição de Educação Infantil deve atentar para esses aspectos, mas também o Estado, a fim de procurar alternativas para preencher essas lacunas presente na qualidade de ensino na educação para as crianças pequenas.

Por último, foi perguntado as professoras o que consideram fundamental para que um professor de Educação Infantil exerça seu papel com propriedade? As mesmas responderam da seguinte forma:

A afetividade é importante, mas não é tu deixar a tua criança fazer tudo, a afetividade é limite, a afetividade não é só beijo, abraço é tu mostrar o que é certo e errado, o que pode e não pode as regras. Afetividade é isso não adianta tu beijar, abraça e deixar o aluno fazer o que quer. A Educação Infantil diferente do fundamental a uma preocupação com as crianças, o fundamental é, mas escrita e leitura. Afetividade é ser sincero com as crianças. (Professora A)

Ele precisa saber trabalhar com o pilar que te falei. O educar o cuidar e o brincar. O professor tem que ser uma criança, não adianta ele dizer que vai ficar só em uma mesa sentada, tem que se envolver, para que o trabalho dele aconteça. Às vezes nossas atividades por serem longas ai a gente deixa passar despercebido o momento da história, de brincar às vezes deixamos por outro dia, mas sabemos que a brincadeira tem que está todo dia na prática, eu gosto de contar história de inventar, e isso é bom porque as crianças nós vão nos imitar. (Professora B).

A primeira professora (Professora A) entende que para ser um bom professor de Educação Infantil é preciso que se tenha afetividade, colocando em ênfase a afetividade no sentido de por regras e explicar o certo e o errado, indo além do afeto e apego com as crianças. Já a segunda professora (Professora B) acredita que para exercer sua profissão com propriedade, o professor de educação infantil deve trabalhar sempre levando em consideração os três pilares da Educação Infantil: o brincar, o educar e o cuidar, estando sempre atentos e colocando em sua prática diariamente a brincadeira, o lúdico, estimulando a imaginação da criança.

Em relação à afetividade Oliveira (2013, p.143-144) afirma que “estabelecimento do vínculo entre criança, o professor, os colegas e os objetos de conhecimento são possibilitados ou dificultados pelo afeto, que suscita motivos para ação”. É através da afetividade que é construída uma forma de educar que vão além de conhecimentos científicos, se trata de requisito fundamental para a formação de indivíduos seguros, críticos e responsáveis. De acordo com Ribeiro (2010)

A educação afetiva é a construção de uma escola a partir do respeito, compreensão, moral e autonomia de ideias. Uma vez que se pretende capacitar sujeitos críticos, honestos e responsáveis, o desenvolvimento afetivo é fundamental para qualquer indivíduo. Com isso, a afetividade contribui para o desenvolvimento da aprendizagem de forma Crítica e autônoma, pois a afetividade não se resume só em manifestações de carinho físico, mas principalmente em uma preparação de natureza cognitiva.(p.4)

A professora B afirma que o professor precisa compreender dos 3 pilares da educação infantil: o cuidar, o brincar e o educar, de fato é essencial que o professor que se dispõe a educar crianças pequenas, compreendam que o educar deve ir além do repasse antecipado de conceitos de leitura e escrita, o cuidar vai além da visão assistencialista como se fossem apenas babás cuidando da criança quando os pais vão trabalhar, o professor dessa faixa etária é formador de cidadãos. Segundo Oliveira (2013)

O professor estimula as crianças a construir novas significações e a relacionar o que está aprendendo na educação infantil com experiências fora dela. Isso Ao interagir com elas mesmo com as muito pequenas, assumindo papéis estratégicos para acalmá-las, motivá-las, ajudando-as a discriminar, conceituar, argumentar. Ele não lhe reserva apenas o lugar de depósito, de eco dele mesmo, mas percebe a construção, por parte delas, de rede de significação tecidas em planos diferentes e por vezes antagônicos, atingindo diversificadas aquisições. (p. 208-209)

Além disso, Felipe (2001) contribui dizendo que de acordo perspectiva teórica do sociointeiracismo o papel do adulto frente ao desenvolvimento da criança é de proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, de modo que as crianças possam fortalecer sua autoestima e desenvolver capacidades.

4.3 Análises das Observações

Nesse tópico trataremos sobre análise das observações realizadas na instituição de Educação Infantil Pingo de Gente. As turmas observadas foram, maternal que recebem crianças de 3 anos, e Período II que recebe crianças de 4 a 5 anos. Através de tais observações

foi possível perceber certa contradição do que foi dito nas entrevistas pelas docentes com a prática em sala de aula. Sendo esses fatos relatados a seguir:

Em um dos dias de observação na turma de Período II, algo me chamou atenção, durante a explicação dos cartazes que estão nas paredes das salas um aluno diz para professora A, que está com sono, e a mesma responde: - “deixa teu sono na tua casa, vocês aproveitaram o feriado de carnaval e não tem por que vocês estarem cansados não fazem nada” ou em outra observação com professora B; uma criança do maternal também pede para dormir, porém a professora nega o pedido e diz: - “não, dormir, agora não, só depois que você terminar a atividade!”

Em relação ao sono da criança, pode-se perceber que as professoras observadas não entendem que as crianças necessitam de seu momento de sono, esse ponto deveria está claro, já que o descanso das crianças encaixa em um dos eixos das práticas pedagógicas da educação infantil: o cuidar. É importante que se respeite ao sono da criança, visto que, os pequenos sentem a necessidade de dormir durante o dia, e o tempo de sono varia de criança para criança. Segundo Post e Hohmann (2004 apud ALVES, 2016, p.5):

Tal como os adultos, as crianças cansadas apresentam-se muitas vezes rabugentas e facilmente irritáveis. O sono ajuda-as a voltar à sua boa disposição. Também proporciona uma retirada calma das exigências intensas do contexto social do grupo infantil. A sesta proporciona às crianças a oportunidade de recarregarem as suas energias físicas e emocionais para a rotina diária.

Na mesma fala da professora nos momentos de observação é possível perceber também a maneira autoritária e impiedosa que a professora trata seus alunos, como no momento que ela fala: “deixa teu sono na tua casa, vocês aproveitaram o feriado de carnaval e não tem por que vocês estarem cansados não fazem nada”. Tais demonstrações de autoritarismo e de falta de afeto também aparecem em outros casos, com em um momento em que as crianças do Período II estão conversando entres si e a professora grita com elas dizendo: “- Quero saber se aqui é feira, podem calar a boca, vou separar vocês e colocar na cadeira! Se vocês não prestarem atenção eu vou encher o quadro de dever até doer à mão! Todo mundo abaixando a cabeça!”. É interessante perceber nesse episódio a contradição discurso versos práticas. Durante a entrevista a professora A relata que você tem que ter amor, respeitando cada momento da criança e na prática totalmente contraditório não demonstrar certo comportamento, causando situações constrangedoras que podem comprometer o bom desenvolvimento dos pequenos.

Em relação autoritarismo, a falta de ética e afeto tidas para com crianças, Felipe (2001) afirma os profissionais que trabalham com crianças pequenas precisam manter o comportamento ético para com elas, não deixando que sejam expostas ao ridículo ou passem por alguma situação constrangedora.” Alguns adultos na tentativa de fazer com que as crianças os obedeam causam nelas sentimento de insegurança, fazendo com que se sintam temerosos de perder o afeto, a proteção e a confiança dos adultos.”(P.31) Atitudes de ameaças e gritaria causam um grande terror psicológico na mente da criança, desencadeando assim vários sentimentos negativos que levam para o resto da vida, é imprescindível que o cuidado seja levado em ao pé da letra nessa etapa da educação, quem cuida não maltrata.

Durante a oração a professora do período II pede para que as crianças fiquem em pé e uma delas não levanta, com isso, e a professora aos gritos pergunta: “- o porquê que ela não levantou? ” à criança responde: “- porque não sabia uma parte da oração” a professora responde:” - tu vive em que mundo que não sabe o pai nosso.”

Podemos perceber na situação a cima a falta de respeito para com os conhecimentos trazidos pela criança, pode-se dizer até mesmo com a sua vida social, nos dias atuais, as famílias não frequentam as mesmas instituições religiosas, existem igreja que rezam através do pai nosso, e alguns preferem uma oração mais individualizada, as crianças não chegam à escola sabendo de que maneira devem orar, cabe a professora respeitar o conhecimento de cada criança, levando em consideração a subjetividade e a vida social de cada uma, buscando formas de se trabalhar com as diferenças em sua sala de aula.

Em um determinado dia, em meio à observação, uma criança se distrai durante a aula da professora, e a mesma chama a atenção da criança, já com a voz alterada dizendo: “- mira pra cá, mira, (apontando o dedo pra ela) que é aqui que tu vai aprender não é olhando para outro lugar.”

Nesse episódio, é preciso perceber a distorção do conceito do educar na educação infantil, no momento a professora afirma que o aluno (a) só vai aprender se olhar para ela, ela passa a ideia de que a produção de conhecimento só acontece através dela, pondo como centro do fazer educativo o professor e não a criança, negando assim as diversas maneiras de se aprender na educação infantil, deixando de lado a diversão e o lúdico no momento de aprender e valorizando exclusivamente a leitura e a escrita, segundo Kishimoto (2001, p.8) “Hoje, reproduzem-se quadros similares: disciplinar por meio de orações e tempo de espera, exercícios gráficos e conteúdos escolares, atividades fragmentadas ou pouco relevantes para a

educação e o desenvolvimento infantil.” o que seria a antecipação de assuntos que só deveriam ser trabalhados no ensino fundamental. Bujes (2001, p.21) afirma que:

[...] a experiência da Educação Infantil precisa ser bem mais qualificada. Deve estar incluso o acolhimento, a segurança, o lugar para emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade e o desafio e a oportunidade para a investigação.

Visto isso, a autora mostra como o educar na Educação Infantil não é antecipação de práticas do ensino fundamental, o educar se dá através das experiências dos alunos, experiências essas, que precisam de diversos aparatos para ser disponibilizada com qualidade.

Em dia durante a explicação uma aluna pediu para beber água e a auxiliar pede que a criança aguarde, pois naquele momento a professora B estava explicando a atividade que seria realizada após o lanche. Podemos perceber aqui, novamente a supervalorização da atividade, onde a professora acaba ignorando as necessidades fisiológicas do aluno.

No momento da escovação dos dentes a professora A organiza as turmas em filas e os direcionam até o escovódromo, lá ela pede que cada um pegue uma torneira, copo e escova, logo após dá professora colocar o creme dental, uma das alunas começa a escovar o dente antes que a professora dar a ordem, e com isso é rapidamente reprimida, a professora diz: “Tu já está autorizada?! Tu não sabes receber comandos?! Pega essa escova e lava, espera eu falar à hora pra escovar. Após a escovação dos dentes ela contraditoriamente pede que uma criança seja autônoma que saibam ligar a torneira e escovar os dentes.

Na primeira situação pode-se notar como a noção de cuidar prevista para prática pedagógica na educação infantil, tem sido realizada de maneira equivocada pela professora observada, o momento de escovar os dentes é bastante propício para passar ensinamentos a respeito de autonomia e estimular a autoconfiança das crianças, tendo sempre em mente que o cuidar na educação infantil não é realizar somente cuidados básicos e sim educar no mesmo momento que se está cuidando, uma coisa não existe sem a outra nesta etapa da educação básica. De acordo com Felipe (2001) alguns pontos que estão presentes na educação infantil podem influenciar de maneira significativa no desenvolvimento das crianças, na maioria das vezes tais pontos são despercebidos ou se institui como práticas pouco discutidas no cotidiano da escola. No entanto muitas dessas práticas acabam se tornando verdadeiras violências que podem afetar negativamente o desenvolvimento do aluno.

Em certo dia quando estava observando a turma de maternal II, uma criança chegou chorando em sala de aula, pois estava querendo sua mãe, após um longo momento de choro, a

professora começa a se irritar com a criança e diz: - “Maria, tu ainda ta chorando, olha a história da velha!”, e continua falando, voltada para a turma, -“amanhã a Maria vai ficar velha, pois não pára de chorar”, logo após volta seu olhar para a menina e completa: -“Ei filha! Se tu não parar de fala eu não vou sentar do teu lado para te ensinar! ”.

No episódio acima, a professora não se propõe a um diálogo com a criança, não se preocupa em procurar maneiras diferentes e divertidas de fazer a criança pare de chora, ao invés disso, prefere amedrontar a crianças com histórias bobas, e também a expondo ao ridículo. Infelizmente esta é uma realidade bastante comum nas escolas de educação infantil, em relação ao choro das crianças pequenas no ambiente escolar Felipe (2001) afirma que:

Há uma ansiedade muito grande dos adultos em torno das manifestações de choro das crianças. No entanto, seria interessante aprendermos a escutar melhor este choro, para melhor interpretá-lo, pois existem sutis diferenças entre o choro de angustia, fome, raiva, dor ou desconforto. Cabe ao adulto: não manifestar irritação diante do choro infantil, rotulando a criança de “chorona”, “mimada”, etc.; dar colo e aconchego não deve ser considerado como um precedente para tornar a criança “manhosa”; tentar perceber o motivo do choro é fundamental para uma intervenção adequada, sanando assim a necessidade daquela criança; no caso de crianças um pouco maiores que já sabem falar, pedir a elas que digam o motivo de sua insatisfação, pois é importante fazer com que percebam a importância e eficácia de expressar suas necessidades, seus problemas e seus desejos através da fala e da argumentação. (p. 35-36)

Durante a observação notou-se que a professora do maternal senti um grande incômodo quando as crianças conversam entre si, pois para ela a interação entre as crianças é vista como bagunça, já que a mesma não permite que tal ação aconteça. Sempre falando frases como: - “parem de conversar!”; _ “fiquem quietos!”; - “vão sentar!”; faz até ameaças a quem levantar da carteira como: - “se vocês não ficarem quietos vou por cola no bumbum de vocês”. Em alguns momentos ela pede pra que as crianças coloquem a cabeça sobre a mesa, para que elas não conversem entre si. Situações como essa acontecem também nos momentos de brincadeira livre que acontece uma vez por semana, no salão da escola, pois mesmo tendo o espaço de brincadeira ao ar livre e a brinquedoteca, os mesmos não são utilizados, a professora fala para as crianças que não podem fazer bagunça, e por, mas que seja chamado de “brincadeira livre” tudo é extremamente calculado, através de comandos e vigilância, já que as crianças não podem correr, falar alto, ou seja, o adulto que controlava a brincadeira, tirando assim o prazer de brincar das crianças.

Em relação à interação entre as crianças e o brincar que se trata de um dos pilares da educação infantil, nota-se que a professora não utiliza dessa ferramenta que é a brincadeira de

maneira adequada, tão pouco ponderar sobre as diversas contribuições tidas para o desenvolvimento da criança através da interação com o outro. Segundo Kishimoto (2001)

Na interação adulto-criança prevalece a visão autocêntrica. Não se valoriza a aprendizagem decorrente das relações entre crianças de diferentes idades, de adultos de diversos meios, espontânea, construída pelas próprias crianças em contato com seu meio, com objetos e situações diversas. Grandes agrupamentos, com muitas crianças, inviabilizam o trabalho com qualidade. Em decorrência, os profissionais estão sempre muito ocupados, dirigindo as atividades, distribuindo materiais, chamando a atenção das crianças, não dispondo de tempo para observar ou interagir com elas (p.8).

Faz-se necessário que os professores de educação infantil estejam atentos para as infinitas oportunidades de aprender trazidas pela interação entre os indivíduos, usando essa interação como aliada no processo de aprendizagem e não como rival.

CONCLUSÃO

É inegável que a educação infantil tem alcançado grandes mudanças e avanço no seu processo desenvolvimento humano e prática escolar, sendo atualmente visto como um ambiente propício ao desenvolvimento global da criança, o qual tem objetivo de formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de mudar a realidade na qual estão inseridos. Mediante ao exposto é notório que a qualidade na educação infantil é de suma importância, uma vez que essa carrega a responsabilidade para a formação e para o desenvolvimento intelectual, físico e moral das crianças, visto que essa etapa da educação básica é o alicerce para a formação do indivíduo.

De acordo com o que foi estudado e analisado na pesquisa, pode-se perceber que apesar de todas as propostas de mudanças para uma educação infantil de qualidade, ainda observa-se que a prática docente se mantém sob uma visão ultrapassada de educação para crianças pequenas. Nas observações feitas da prática pedagógica na educação infantil analisamos que as professoras estão mais preocupadas em ensinar conteúdo do ensino fundamental do que oportunizar o desenvolvimento das crianças, visto que estes estão o tempo todo ouvindo frases do tipo: “você só vai ao banheiro depois que fizer a atividade, agora não, beber água só quando acabar a explicação”, mira pra cá porque aqui que você vai aprender e não conversando com o outro. Brincar só depois que acabar o exercício. Dentre estas, outras situações também podem ser comprovadas como na fala da professora A que afirma que escola onde trabalha todas as crianças do Período II tem que chegar ao final do ano sabendo ler e escrever, e por esse motivo que desde o maternal já é trabalhado essas questões.

Diante dessa situação entendemos que essa prática se torna uma violação ao direito da criança de brincar, de ser cuidada, de interagir; tais práticas acabam sendo prejudiciais para o bom desenvolvimento infantil. Sobre isso Bujes (2001) afirma que essa prática acaba por desconsiderar o modo atual de ver a criança como um sujeito que vive um momento que predomina o sonho, a fantasia, a afetividade, a brincadeira, as manifestações de caráter subjetivo.

Diante dessa situação concluímos que ao priorizar práticas do ensino fundamental, a rotina na educação infantil, torna-se pobre e sem possibilidades da criança se desenvolver de forma integral. Segundo Oliveira (2013) A preocupação em combater a antecipação de rotinas e práticas do ensino fundamental é por compreender a criança como sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira e como alguém com o direito de viver sua infância.

Nesse sentido o papel do professor da Educação Infantil é oportunizar o desenvolvimento dos pequenos, compreendendo suas singularidades, individualidades, manifestações e suas experiências vividas e trazidas para dentro do espaço escolar como também entendendo que a brincadeira e a interação são ferramentas fundamentais nesse processo.

Portanto é imprescindível que o professor busque se aperfeiçoar pesquisando novos fundamentos metodológicos e também uma formação continuada que lhe possibilite novos conhecimentos teóricos os quais visem uma melhoria em sua em sua prática pedagógica enquanto docente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paula Alexandra Teixeira Correia. **A importância do sono em crianças em idade pré-escolar: um estudo qualitativo com os pais**. ISEC-Lisboa, 2016.
- APOLINÁRIO, M. R. **Projeto Araribá História**. São Paulo: Editora Moderna, 2007.
- AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. *In*: ROMAM E. D; STEYER, V.E. **A criança de 0 a 6 anos e a Educação Infantil: Um Retrato Multifacetado**. Ulbra, 2001. p.
- BRASIL. CNE / CEB. **Resolução nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil.
- _____. Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil. Ministério da Educação e do Deporto. Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 2.
- BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. A importância da rotina na educação infantil. **Revista Fafibe**, n.6, p.1-7, Nov.2013.
- BUJES, M. I. E. Escola infantil: Pra que te Quero? *In*: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Orgs.). **Educação Infantil: Pra Que Te Quero?** Porto Alegre, MS; ed. Artmed, 2001, p.13-23.
- CASTRO, Rafaelle Monteiro, Crianças e Adolescente enquanto sujeito de direitos no Brasil Pós-ECA: o conselho Tutelar e a rede de proteção. 2018. Tese (Ciências sociais) — Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FELIPE, Jane. Sexualidade, gênero e novas configurações familiares; algumas implicações para educação infantil. *In*: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Orgs.). **Educação Infantil: Pra Que Te Quero?** Porto Alegre, MS; ed. Artmed, 2001, p.62-79.
- JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Conversando, lendo e escrevendo com as crianças na educação infantil. *In*: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Orgs.). **Educação Infantil: Pra Que Te Quero?** Porto Alegre, MS; ed. Artmed, 2001, p. 136-164.
- GARANHANI, M.C. A docência da educação infantil. *In*: SOUZA, G.de (org.). **Educar na infância: perspetive histórico-sociais**. São Paulo: contexto, 2010. P.187-200.
- JOÃO.L. Ratum studiorum política católica ibérica no século XVII. *In*: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia. (orgs.). **Tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001.
- MACHADO, Vanderlei; SEFFNER, Fernando. Estratégia de produção simultânea. *História*. São Paulo, v.32, n.1, p.354-376, jan/ jun, 2013: ISSN 1980-4369.

KRAMER, Sônia. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, Sônia. Prefácio à 1ª edição. *In:* FARIAS, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** Vitória Farias, Fátima Salles. - 2.ed.[ver.e ampl.].- São Paulo: Ática, 2012.

_____. **A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** São Paulo:Cortez, 2001.

_____. Brasília Ministério Das Relações Exteriores, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A LDB e as Instituições de Educação Infantil: Desafios e Perspectivas. **Rev. paul. Educ. Fis.** São Paulo, supl.4, p. 7-14, 2001. Disponível em: citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20supl4%20artigo1.pdf. Acesso em: 10 Agosto.2018.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400010. Acesso em: 27 outubro,2018.

MARTINS, Mirian Celeste. **Teoria e Prática do Ensino de Artes: língua do mundo.** 1.ed São Paulo: FTD, 2009.

MENDES, Beatriz Fátima. **Sempre cabe mais um! A qualidade da educação Infantil frente às matrículas via decisões judiciais.** Campinas, 2017, p. 129.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, Método e criatividade.**18ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo2001.pdf. Acesso em: 20 Agosto.2018.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos.** São Paulo: Cortez, 2013.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prático.** 6ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SOARES, Maria Inês Bizzotto. **Alfabetização lingüística: da Teoria a Prática.** Porto- Belo Horizonte: Dimensão, 2010. 144 p.

WEISS, E. M. G. Educação Infantil: espaço de educação e de cuidado *In:* DALÂNEA Cristina; FLÔR, Z. D. (Orgs.). **Educação infantil e formação de professores.** Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012, p.129-139.

SALES, Fátima; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na educação infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica.** 2.ed., [ver.e ampl.].- São Paulo: Ática,2012.248p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed.**rev.e atual.**- São Paulo: Cortez, 2007.

VIGOTSKY.L.S. Psicologia Pedagógica/L.S. V Vygotski: tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra.2 ed.São Paulo: Martins Fontes,2004.

ANEXOS

ENTREVISTA

1. Qual sua formação?
2. Você considera a educação para crianças pequenas importante? Pq?
3. Qual a sua concepção de criança e infância?
4. Como é desenvolvido o trabalho pedagógico na escola?
5. O planejamento das atividades pedagógicas?
6. Quais os Recursos utilizados em sua prática?
7. O que você entende por cuidar? E educar na educação infantil?
8. Você considera importante o brincar na educação de crianças pequenas?
9. De que forma o jogo, a brincadeira o lúdico são trabalhados em sua prática?
10. Você acha importante a formação de professores que atuam na educação infantil?
11. Quais os desafios que você enfrenta como professor da educação infantil?.
12. Em sua opinião o que um professor da educação infantil precisa saber para exercer seu papel com mais propriedade?